@revistaemevidencia

em evidência

Líderes são leitores.

Desde 2009 - N 109 | R$ 99,00

Inscreva-se em nosso canal

Eduardo Trindade

Em Evidência entrevista o presidente do Cremers 2023-2025

Em Evidência na TV
Entrevista exclusiva com Patrícia Alba, presidente da Comissão de Educação da ALRS



Rodrigo Sousa Costa
O presidente que está colocando a Federasul no centro dos debates

Pedro Westphalen
O perfil de um deputado federal que prioriza a saúde do RS

Luciano Zucco
Liderança, disciplina e compromisso com o RS, marcam a sua atuação no Congresso Nacional

Jarbas da Rosa
O médico e prefeito de Venâncio Aires assina o editorial desta edição

Nadine Anflor
Da delegacia ao Parlamento, uma trajetória baseada na transformação de experiência em política pública

Gilson Conzatti
Presidente da União dos Vereadores do Brasil fala sobre o Cristo Protetor em Encantado

Betina Worm estreia na gestão municipal com disciplina militar e foco em resultados

Mais da metade dos municípios do estado optam pela Kaysermaq.

FIBAM

METISA

ecoplan

PIM









R. Minas Gerais, 143
Niterói - Canoas/RS
92120-040

Tel.: (51) 3475-2666
(51) 99958-0099

kaysermaq@kaysermaq.com.br

kaysermaq.com.br

Referência de bom atendimento e eficiência no mercado de peças para equipamentos rodoviários.

O foco está na qualidade dos produtos, no atendimento aos clientes, com destaque para o pós-venda, e na agilidade na entrega.



KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

MUNICIPALISMO E SAÚDE PÚBLICA: OS DESAFIOS E CONQUISTAS DE VENÂNCIO AIRES

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



JARBAS DA ROSA
Prefeito de Venâncio Aires e Médico de Família

Nos últimos anos, o município de Venâncio Aires tem demonstrado avanços significativos em sua saúde pública, fruto de uma gestão municipal comprometida e do esforço contínuo para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos. Esforços para modernizar as infraestruturas de saúde, ampliar o financiamento ao hospital local, implementar a UTI Pediátrica e ainda assim não abrir mão de programas preventivos e do atendimento universal são algumas das conquistas que refletem o papel essencial do poder público na efetivação de políticas públicas eficientes.

No entanto, esses avanços não escondem um desafio cada vez mais presente: a crescente pressão sobre os cofres municipais. Enquanto a demanda por atendimento aumenta – impulsionada pelo envelhecimento populacional, epidemias e expectativas da sociedade –, os repasses federais e estaduais não acompanham na mesma proporção. Isso obriga as Prefeituras a assumirem uma fatia cada vez maior do financiamento, comprometendo orçamentos que também precisam atender a outras áreas essenciais, como educação, infraestrutura e assistência social.

O municipalismo, como filosofia de gestão que valoriza a autonomia e a capacidade de decisão local, defende que os municípios são os principais agentes na execução de políticas de saúde. No entanto, essa responsabilidade precisa vir acompanhada de um financiamento adequado. Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) opera com um modelo de repasses que frequentemente não cobre os custos reais, deixando as prefeituras em uma situação insustentável.

> “Venâncio Aires, assim como tantos outros municípios brasileiros, tem feito sua parte na construção de uma saúde pública mais digna. Enquanto a obrigação constitucional impõe 15% do orçamento em Saúde, estamos ultrapassando, anualmente, 27% dos nossos investimentos livres nessa área”

É urgente que se abra um debate amplo e profundo sobre o aumento dos repasses destinados à saúde pública. Esse diálogo deve envolver não apenas gestores municipais, mas também representantes estaduais, federais e a sociedade civil, buscando soluções que garantam sustentabilidade financeira sem prejudicar a qualidade do atendimento. Entre as possíveis medidas estão:

- Revisão dos critérios de repasse: considerando indicadores reais de demanda, como densidade populacional, perfil epidemiológico e o custo regionalizado dos serviços.

- Maior participação estadual e federal: com compromissos claros de complementação orçamentária para evitar a sobrecarga dos municípios.

- Incentivo à gestão eficiente: com programas de capacitação e modernização administrativa que permitam otimizar recursos sem perder a qualidade.

Venâncio Aires, assim como tantos outros municípios brasileiros, tem feito sua parte na construção de uma saúde pública mais digna. Enquanto a obrigação constitucional impõe 15% do orçamento em Saúde, estamos ultrapassando, anualmente, 27% dos nossos investimentos livres nessa área. É preciso que os entes federativos superiores reconheçam a importância do municipalismo nessa equação e assumam sua parcela de responsabilidade. A saúde é um direito de todos, mas seu custo não pode recair desproporcionalmente sobre as Prefeituras. Uma discussão séria e um novo pacto federativo são passos indispensáveis para garantir que os avanços conquistados não se percam por falta de recursos. A hora de agir é agora!

EM EVIDÊNCIA NA TV
Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença nos negócios e na política do RS.
Inscreva-se em nosso canal
@RevistaEmEvidencia
Assista:
YouTube MASPER TV

CREMERS DE PARABÉNS, DE VERDADE

Entidade comemora 73 anos e presenteia comunidade com ações voluntárias, confira as imagens

Lucio Vaz
Fotos: Sílvia Lago














CHECKUP VASCULAR










SBACV

9

Eduardo Trindade

Presidente do Cremers 2023/2025

Liderança firme, visão estratégica e ações inovadoras marcaram sua gestão à frente do Cremers, com protagonismo nacional, foco técnico e compromisso inabalável com a valorização da Medicina e a saúde pública



16 ESPECIAL CREMERS
Saúde 2035 destaca qualidade e inovação como caminho na visão do Cremers

19 ESPECIAL CREMERS
Cartilha Segurança e Saúde celebra o aniversário do Cremers e reforça a proteção aos médicos

22 ESPECIAL CREMERS
I Fórum de Defesa do Ato Médico e Combate ao Exercício Ilegal da Medicina

24 ESPECIAL CREMERS
Assédio judicial reforça a luta do Cremers por rigor no ensino médico

26 ESPECIAL CREMERS
Cremers antecipa proposta de diretrizes éticas para IA na Medicina

28 ESPECIAL CREMERS
Formação médica em xeque: Cremers exige rigor para cursos no RS

33 ESPECIAL CREMERS
Cartilha de telemedicina do Cremers protege dados e fortalece o vínculo médico-paciente

36 ESPECIAL CREMERS
A força da Medicina na mobilização do Cremers durante as enchentes de 2024

39 ESPECIAL CREMERS
Retrocesso no processo

46 OPINIÃO - Márcio Irion
O Brasil precisa o IVA e a tributação no Brasil: como a unificação de impostos pode mudar o cenário econômico e impactar os custos e preços dos produtos e serviços

47 CAPA
Deputado federal, Luciano Zucco

53 CAPA
Nadine Anflor, deputada estadual

58 OPINIÃO - Ísis Varggasv
Educação política é essencial

60 OPINIÃO - Andréia Fioravante
O futuro do bem-viver e o despertar para o sucesso

62 OPINIÃO - Eduardo Ponticelli
O Brasil precisa investir na internacionalização dos seus negócios

63 CAPA
Rodrigo Sousa Costa

69 ENTREVISTA
Carolina Paaz

75 CAPA
Pedro Westphalen, deputado federal

80 OPINIÃO - Gilson Conzatti
A família Conzatti e o Cristo Protetor

83 EM EVIDÊNCIA NA TV
Patrícia Alba

89 EM EVIDÊNCIA NA TV
Gilson Becker

94 PERFIL EM EVIDÊNCIA
Betina Worm, vice-prefeita de Porto Alegre

98 OPINIÃO - Maurício Balk
Teste seu coração antes de sair correndo

100 ÚLTIMA PALAVRA - Fabiano Dallazen
Saneamento como caminho para a saúde e dignidade no Rio Grande do Sul

REVISTA em evidência

Rua dos Andradas, 1234 - 2º andar
Centro Histórico, Porto Alegre/RS
CEP 90020-008
revistaemevidencia.com.br

Anuncie:
51 98444-4616

DIREÇÃO EXECUTIVA:
Lucio Vaz
revistaemevidencia@gmail.com

SUPERVISÃO GERAL:
Lucio Vaz

REDAÇÃO:
Patrícia Cruz

EDIÇÃO:
Patrícia Cruz e Lucio Vaz

DESIGN:
Jonas Furlan

EM EVIDÊNCIA NA TV

Siga-nos nas redes sociais:
@revistaemevidencia
@revistaemevidenciaoficial

EM EVIDÊNCIA NA TV
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

CAPA

EDUARDO TRINDADE

PRESIDENTE DO CREMERS 2023-2025

Entrevista: Patrícia Cruz
Introdução, edição e legendas: Lucio Vaz
Fotos: Acervo Cremers, Silvia Lago, Agência ALRS,
Câmara de Vereadores e Chico Pinheiro/Revista Em Evidência

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Eduardo Trindade pode celebrar sua gestão com o peito estufado de orgulho e com aquela sensação satisfatória, quase indescritível, de missão cumprida.

Em sua segunda passagem pela presidência do Cremers, imprimiu um ritmo voraz e uma dinâmica inteligente e abrangente tanto aos interesses da classe como às necessidades da população.

O desafio das catástrofes naturais não abateu o então presidente; ao contrário, serviu como catalisador que delineou as nuances de uma gestão profundamente comprometida sem procrastinar, em nenhum momento sequer, as ações que inusitadas necessidades demandaram.

Uniu a diretoria de forma singular, priorizando a participação plural em uma incrível diversidade de temas. Defendeu a liberdade de expressão da categoria, orientou sobre as vantagens e possíveis perigos do uso da Inteligência Artificial (IA), sempre com uma perspectiva baseada cientificamente em dados e opiniões especializadas.

A entidade, sob sua liderança, demonstrou inovação ímpar, como no caso das emissões de receitas amarelas e azuis via online – uma medida oriunda do Rio Grande do Sul que despertou empatia no restante da classe no país, e que, infelizmente, foi incompreendida pela Anvisa.

Eduardo ainda mobilizou expoentes da categoria para debater o exercício ilegal da Medicina, e idealizou o revolucionário projeto Saúde 2035: um estudo minucioso que prevê e propõe ações inéditas da saúde em geral, pontuando premências e alertando para as imprescindíveis ações na saúde pública.

Por sua postura altiva e profícua, Eduardo Trindade redefine o conceito de presidência na entidade, colocando de forma inédita a classe médica no centro das pautas de diversas lideranças, elevando ainda mais o conceito do Cremers na comunidade. Por este conjunto de ações, ele tem sido justamente reconhecido, reverenciado e homenageado em entidades como Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Federasul, Assembleia Legislativa e até o Exército Brasileiro. Além disso, é constantemente consultado por grandes nomes da bancada gaúcha quando o tema é saúde.

Embora não afirme e nem mesmo desminta, seu nome naturalmente desponta como um possível candidato nas eleições de 2026. Se isso é um fato ou não, ainda não conseguimos comprovar. O certo é que o Rio Grande do Sul, para voltar a ser grande precisa de nomes como este, que contagiam com positividade e resultados aqueles que o cercam

O senhor acha que o farmacêutico está exercendo a função de médico ao prescrever medicamentos?

Sem dúvida alguma, houve uma certa confusão de conceitos ou uma medida populista do Conselho Federal de Farmácia, que vislumbrou essa possibilidade de fazer uma resolução ilegal (tanto que foi cassada pela Justiça) que dava a possibilidade de os farmacêuticos prescreverem. Mais uma vez, reforço que a Farmácia é uma profissão fundamental na área da saúde. Muitas vezes, querem confundir esse conceito de multidisciplinaridade, que é fundamental para os nutricionistas, farmacêuticos, enfermeiros, médicos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos. Só que não é todo mundo fazendo tudo, é cada um na



DIRETORIA CREMERS
O desafio das catástrofes naturais não abateu o então presidente, ao contrário, serviu como catalisador que delineou as nuances de uma gestão profundamente comprometida sem procrastinar, em nenhum momento sequer, as ações que inusitadas necessidades demandaram. Na foto, com os colegas da diretoria da entidade

sua área dando a sua melhor expertise. E o Conselho de Farmácia deu para os farmacêuticos a atribuição de prescrever medicamentos – que não é a função deles. Felizmente, o Judiciário já se pronunciou e cassou essa resolução.

Os alunos de Medicina da Ulbra recorreram ao Cremers devido à falta de estrutura mínima para seus estudos. Que medidas o Conselho está tomando sobre esse caso?

No caso da Ulbra, teve várias questões, como a abertura dos campi em São Jerônimo, Gravataí e Porto Alegre, mesmo sem mostrar condições para abrir essas faculdades. Houve, também, o aumento do número de vagas em Canoas. Os alunos da Ulbra de Canoas já estiveram várias vezes em comitiva no Conselho para fazer denúncias. Nós já tomamos algumas medidas, como comunicar o Ministério da Educação, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, pela questão do consumidor. Eles estão pagando por um produto e não estão recebendo. Por isso, o Conselho foi obrigado a tomar providências drásticas, tentando quase a interdição dos locais de ensino da Ulbra, porque não apresentavam condições mínimas. São Jerônimo é uma cidade excelente, mas não tem condições de absorver uma faculdade de Medicina. O município de Porto Alegre já está saturado com o número de alunos. Os dados são muito claros, não faltam médicos. A questão é que o médico não está sendo contratado.

Qual foi o papel do Conselho contra a disseminação de fake news na época da pandemia?

A pandemia foi um período em que o mundo inteiro aprendeu muito, e no Brasil se quis criar uma certa divisão na área médica, com médicos favoráveis a X ou Y. O Conselho tentou manter, com muita serenidade, uma postura técnica e científica sem viés político-partidário ou ideológico. A Medicina é uma ciência das probabilidades e das verdades mutantes. Nós não podemos ter dogmas. Ela não pode ser baseada na paixão, mas em dados e no método científico. São verdades transitórias, que daqui a pouco podem mudar e, por isso, temos que tratar com parcimônia. A partir do momento em que se trata com paixão político-partidária, não é mais uma ciência. Como médico, eu tenho que me basear no método científico e na Medicina baseada em evidências. Qual a sua opinião sobre a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determina o fechamento dos hospitais de custódia? Isso é uma questão extremamente importante e que a sociedade deve discutir. O CNJ decidiu fechar os hospitais de cus-

tódia, com indivíduos que possuem problemas psiquiátricos e que cometeram crimes. Em Porto Alegre, temos o Instituto Psiquiátrico Forense (IPF). Nós precisamos ter essa estrutura especializada. Desde a Lei Antimanicomial, no início dos anos 2000, há uma demonização dos hospitais psiquiátricos, embora eles sejam extremamente importantes. Colocar o paciente psiquiátrico no hospital geral é muito questionável, porque são leitos de alto custo. Nós precisamos ter hospitais psiquiátricos que atendam esses pacientes, pois esses leitos agora estão fazendo falta. As doenças psiquiátricas cresceram, junto com a drogadição. Necessitamos desses leitos, mas a estrutura existente foi precarizada.

Como está a questão das receitas médicas azul e amarela no formato digital?

O Conselho desenvolveu, na época da pandemia da Covid-19, uma plataforma de emissão eletrônica para a receita branca e a de controle especial. Então, agora está todo mundo usando, nas grandes redes de farmácia, sendo que 80% das suas vendas são pelas receitas através do Conselho. As medicações que interferem no sistema nervoso central e que podem causar dependência ou abuso, têm que ser prescritas numa receita que chamamos de azul ou amarela, que necessitam de maior controle. Na tragédia de maio de 2024, a Vigilância Sanitária ficou destruída, impedindo os médicos de buscar o talonário dessas receitas especiais. Então, o Conselho as colocou dentro do seu sistema, garantindo que essas receitas fossem auditáveis e que o médico tivesse que fazer uma assinatura digital qualificada, dando o acesso para a Vigilância Sanitária. Isso funcionou muito bem até novembro de 2024. Nessa época, a Agência Nacional de Vigilância Sa-



MÉRITO FARROUPILHA
Por sua postura altiva e profícua, Eduardo Trindade, redefine o conceito de presidência na entidade, colocando de forma inédita a classe médica no centro das pautas de diversas lideranças, elevando ainda mais o conceito do Cremers na comunidade. Na foto, recebendo a mais alta condecoração do Parlamento gaúcho

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



MEDALHA DA 55° LEGISLATURA
Por seus feitos na pandemia, o então vice-presidente do Cremers é agraciado na ALRS

nitária (Anvisa) determinou que não seria mais possível usar esse sistema. É um retrocesso, porque essa medida diminui o controle e estimula o mercado negro. O Conselho teve que tirar do ar o sistema digital para esse tipo de receita, mas entrou com uma ação judicial. Nós tivemos uma primeira audiência de conciliação com a Anvisa, só que ela não aceita, diz que quer lançar o seu próprio sistema, mas não sabe quando isso vai ocorrer. Com isso, voltamos para a "Idade da Pedra", que é o talonário e o carimbo. Nos outros estados também é assim, por incrível que pareça. Nós fomos os pioneiros nesse assunto, entre maio e novembro de 2024. Só que, agora, tivemos que retroceder.

Como identificar o charlatão das redes sociais que vende tratamentos milagrosos?

Isso é uma situação muito difícil porque vemos pessoas nas redes sociais – inclusive, alguns até médicos – falando verdadeiros absurdos, vendendo tratamentos milagrosos ou coisas completamente sem embasamento científico e técnico, mas com aquele discurso fácil. O estelionatário, muitas vezes, convence melhor que o indivíduo honesto, seja pelo preço baixo ou pela solução dos seus problemas. Ele acaba convencendo muitas pessoas tanto para emagrecer quanto para a cura do câncer. Nós temos que trazer mais informação de qualidade para que a população possa fazer uma leitura crítica, para não tomar o caminho mais fácil. Por exemplo, eu sei que se usar anabolizantes vou ficar forte rapidamente, só que os paraefeitos são gigantescos. Então, não existe solução mágica.

O Conselho Federal de Odontologia quer liberar cirurgias estéticas de face para dentistas. O senhor consi-



MUITO ALÉM DA OBRIGAÇÃO
Pela série de ações, Eduardo tem sido justamente reconhecido, reverenciado e homenageado em entidades como Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Federasul, Assembleia Legislativa e até do Exército Brasileiro. Na foto, recebendo a Medalha do Exército Brasileiro, Comando do Sul

dera que o dentista está capacitado para realizar uma rinoplastia, por exemplo?

Eles não têm, na grade curricular, a formação para fazer uma rinoplastia. É simples assim. Isso é mais uma questão para a qual o Brasil não se planeja. Houve a abertura desenfreada de Faculdades de Odontologia também. Esses profissionais tiveram que buscar o seu mercado e estão invadindo outras áreas. A área de cirurgia estética de face dá um retorno econômico muito grande. Infelizmente, eles não têm, na sua formação acadêmica, essa aptidão. Portanto, para fazer esses procedimentos, procure um cirurgião plástico. Muitas vezes, tratar complicações se torna mais difícil. Infelizmente, os conselhos profissionais, como na própria política, acabam adotando medidas populistas como essa.

Qual o impacto das terceirizações excessivas no serviço de saúde do município?

A questão da pejotização na área da saúde é uma coisa nefasta que está acontecendo em todo o Rio Grande do Sul e no Brasil. É o intermediador na área de saúde. Os municípios não fazem mais concursos públicos para médicos. Eles contratam uma Pessoa Jurídica (PJ) que vai gerir um serviço, e essa empresa contrata os médicos. A contratação dos médicos não é pela CLT, eles são obrigados a criar uma PJ para atender dentro do sistema. Então, é um indivíduo que não tem nenhuma segurança jurídica e trabalhista. Existem vários municípios onde os profissionais estão com quatro a seis meses de atraso nos salários. Estamos vendo o caos e o colapso do sistema de saúde. Em várias localidades, eles pagam a Pessoa Jurídica que, às vezes, some e não paga o profissional. Isso é um verdadeiro



CIDADÃO EMÉRITO DE PORTO ALEGRE
Em sua segunda passagem pela presidência do Cremers, imprimiu um ritmo voraz, e uma dinâmica inteligente e abrangente, tanto aos interesses da classe como às necessidades da população. Na foto, presidente do Cremers, é homenageado na Câmara Municipal

absurdo e um descalabro. Então, é urgente a necessidade da criação de uma carreira de estado para médicos.

Qual é a atual situação do IPE Saúde?

O IPE Saúde continua com valores extremamente defasados. Ele já teve uma melhora, mas ainda não é suficiente para ser minimamente competitivo. Os profissionais não estão querendo mais atender pelo IPE porque não conseguem se sustentar com os ganhos vindos dele. O IPE está conversando e querendo melhorar esses honorários. Ele é de responsabilidade do governo do Estado e não é um plano de saúde, portanto, é regido por uma lei estadual. Então, o IPE não tem que seguir as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). É uma empresa pública com quase um milhão de beneficiários no estado do Rio Grande do Sul. Então, seu sucesso é importante – imagina o Sistema Único de Saúde (SUS) receber mais um milhão de vidas de uma hora para outra!

Como está a questão da falta de leitos em Porto Alegre?

O Hospital Parque Belém foi fechado, o Beneficência Portuguesa e o Álvaro Alvim também. O Hospital Porto Alegre está numa situação precária. Portanto, instituições que tratam de média complexidade, com prejuízos trabalhistas e financeiros, acabam fechando. Só que esses leitos fazem falta. Recentemente, a ocupação na UPA Zona Norte foi de 340%, com um tempo de espera de oito horas. Nós precisamos de leitos de retaguarda. O Cremers, junto com a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, visitou o Pronto Atendimento da Bom Jesus. No local, havia pacientes internados há oito dias. Era para atender e mandar para a casa, ou internar o paciente numa instituição hospitalar. Só que os hospitais não têm leitos, todos estão superlotados. Existe a informação de que o Hospital de Sapucaia do Sul vai fechar 60 leitos. É uma queda de braço entre o governo do Estado e o municipal, e quem perde é a população e os médicos, que são o para-choque do sistema. Por isso que o Conselho quer estar cada vez mais presente na política para cobrar. Independente de qual seja o partido, com viés A ou B, nós temos que cobrar e tratar a saúde com seriedade. Agora, estamos na luta para que o Hospital de Pronto Socorro consiga a ampliação que merece. Só que ele não é um hospital de internação, vai ser retaguarda para as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

O senhor acha que o nosso sistema de saúde está preparado para a volta do inverno?

Nós falamos isso de forma reiterada, todo ano vai ter, não é uma surpresa. Se pegarmos uma matéria jornalística de 20, 30 ou 40 anos atrás, ela vai abordar o recrudescimento das doenças respiratórias no inverno. O planejamento não considera isso, com esse fechamento de leitos e a superlotação. Talvez, porque os gestores não precisam do Sistema Único de Saúde, não veem aquela realidade e não se preocupam se está superlotado, mas a população tem que cobrar isso. É importante a questão de cobrar saneamento básico e tantas outras coisas. A população tem que reivindicar uma Medicina de qualidade, não a do estilo "fast food", na qual não resolvo o problema porque eu não paro de fumar, não me cuido, não baixo de peso ou não faço atividade física. É muito mais que só tomar um remédio, tem que fazer atividade física e cuidar da dieta, mas sabemos que a prevenção é muito difícil. Vale ressaltar: sigam o Conselho nas redes sociais. Ele é dos médicos para a sociedade, ou seja, um órgão de proteção social criado por lei. Somos uma autarquia federal que tem, por objetivo, julgar os médicos e defender a boa Medicina.



FEDERASUL
Eduardo Trindade reconduzido a diretoria da Federasul, 2025-2026

Eduardo Trindade, cirurgião e professor universitário, recebeu várias homenagens ao longo do tempo, incluindo a Medalha do Mérito Farroupilha da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Também foi reconhecido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers) por sua atuação na pandemia. Além disso, recebeu o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre.

- **Recondução como Conselheiro da Federasul:** Para a gestão 2025/2026, segundo o Cremers.

SAÚDE 2035 DESTACA QUALIDADE E INOVAÇÃO COMO CAMINHO NA VISÃO DO CREMERS

Plano inclui carreira estadual para fixar médicos no interior, fundo de inovação e centrais de regulação com IA para otimizar recursos e transparência

Gabriela Nunes

Imaginemos o sistema de saúde que os gaúchos encontrarão em 2035. Robôs auxiliarão cirurgias delicadas, algoritmos identificarão padrões em exames antes mesmo de o médico apertar o estetoscópio no peito do paciente, e a consulta virtual será rotina para casos de baixa complexidade. Nenhuma dessas conquistas tecnológicas, porém, será suficiente se a formação dos profissionais não for rigorosa ou se políticas públicas não garantirem que o acesso chegue a todos. Essa é a premissa que sustenta o Movimento Saúde 2035, lançado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers). Há pouco mais de um ano, a iniciativa vem mapeando desafios, medindo a percepção da sociedade e apresentando propostas para que o estado alcance a próxima década com uma assistência mais eficiente, segura e humana.

O primeiro tijolo desse plano é a escuta ativa da sociedade. Encomendado pelo Cremers ao Instituto Methodus, um levantamento estadual revelou que 89 % dos entrevistados preferem médicos altamente qualificados, mesmo que isso signifique ter um contingente menor de profissionais disponíveis. Outros 76 % exigem a revalidação obrigatória de diplomas obtidos no exterior, enquanto 92% defendem que governos priorizem investimentos em faculdades já consolidadas em vez de abrir novos cursos. Essas respostas contrariam a ideia de que "mais vagas" bastam para resolver a assistência e endossam o posicionamento histórico do Cremers de que qualidade deve preceder quantidade.

A pandemia de Covid-19, seguida das enchentes históricas de 2024, expôs gargalos antigos. Hoje, 43,7% dos gaúchos dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde, e 40% relatam insatisfação com a demora para consultas e cirurgias eletivas. Saúde 2035 transformou esses números em metas: reduzir em 25% o tempo médio de espera para procedimentos de alta complexidade até 2028 e zerar a fila de cirurgias de baixa complexidade até 2035

Além da teoria, a prática. A mesma pesquisa indica que 92% da população consideram indispensável que o curso de Medicina possua hospital-escola. O Cremers intensificou, desde 2020, vistorias nesses ambientes para verificar complexidade de casos, número de leitos e presença de preceptores certificados. "Não basta ter diploma; é preciso treinamento em ambientes que reproduzam a realidade do SUS e da rede privada", pontua Eduardo Trindade, presidente do Cremers. A entidade reconhece que laboratórios de simulação e plataformas digitais são ferramentas valiosas, mas não substituem a presença diária ao lado do paciente.

A pandemia de Covid-19, seguida das enchentes históricas de 2024, expôs gargalos antigos. Hoje, 43,7% dos gaúchos dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde, e 40% relatam insatisfação com a demora para consultas e cirurgias eletivas. Saúde 2035 transformou esses números em metas: reduzir em 25% o tempo médio de espera para procedimentos de alta complexidade até 2028 e zerar a fila de cirurgias de baixa complexidade até 2035. O plano envolve mutirões cirúrgicos, teletriagem para classificar prioridades e dashboards de gestão em tempo real que garantam transparência às filas.

O futuro da Medicina chegará à sala cirúrgica na forma de braços robóticos. Reportagem do portal Saúde Business projeta que a robótica pode aumentar em até 20% a eficiência operatória e reduzir complicações pós-cirúrgicas em 15% já nesta década. A Inteligência

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

AGENCIA MOOVE



"RAIO-X" NA SAÚDE

Saúde 2035 é bússola e convite: chama gestores à ação, universidades à responsabilidade e médicos à atualização permanente. O Conselho, por sua vez, seguirá fiscalizando cursos, defendendo a valorização da carreira e oferecendo subsídios técnicos para que, daqui a uma década, qualidade e inovação não sejam promessas, mas realidade

Artificial (IA), que hoje interpreta exames de imagem, deve avançar no apoio diagnóstico e na estratificação de riscos. A telemedicina — regulamentada em 2022 e adotada por 87% das instituições, segundo pesquisa publicada no portal Inspirali — oferece consultas remotas e monitoramento de crônicos, mas exige conectividade, letramento digital e capacitação contínua, alerta o Cremers. A entidade defende protocolos de segurança cibernética e a certificação periódica de plataformas para garantir confidencialidade e rastreabilidade.

O futuro da Medicina chegará à sala cirúrgica na forma de braços robóticos. Reportagem do portal Saúde Business projeta que a robótica pode aumentar em até 20% a eficiência operatória e reduzir complicações pós-cirúrgicas em 15% já nesta década. A Inteligência Artificial (IA), que hoje interpreta exames de imagem, deve avançar no apoio diagnóstico e na estratificação de riscos

Planejar 2035 também significa saber quem vestirá o jaleco. A Demografia Médica 2025 aponta que, pela primeira vez, mulheres representam 50,9% dos médicos; projeções indicam 56%, em 2035. O estudo reforça a concentração de profissionais na Capital: são 3,4 médicos por mil habitantes em Porto Alegre contra 1,1 no interior. Para equilibrar o mapa, o Cremers defende carreira estadual que valorize atuação em regiões carentes, expansão de residências fora dos grandes centros e tele-supervisão de especialistas para equipes periféricas.

Para transformar diagnóstico em políticas concretas, o Cremers reuniu especialistas em três edições do Painel Zero Hora Talks. Entre as propostas estão: implantação de centrais regionais de regulação com IA para distribuir cirurgias, criação de fundo estadual de inovação financiado por emendas parlamentares, isenção fiscal a hospitais que investirem em robótica e telemedicina e adoção de prontuário único interoperável. A parceria com universidades prevê formar gestores capazes de traduzir dados em decisões clínicas e administrativas. Todas as apresentações estão disponíveis no canal do Cremers no Youtube e servem de roteiro para gestores municipais.

Ao condicionar cada inovação a critérios de rigor acadêmico e segurança assistencial, o Cremers aposta em um futuro onde tecnologia e excelência caminham de mãos dadas. “Nossa meta é que, em 2035, o gaúcho encontre um sistema ágil, resolutivo e focado

A telemedicina — regulamentada em 2022 e adotada por 87% das instituições, segundo pesquisa publicada no portal Inspirali — oferece consultas remotas e monitoramento de crônicos, mas exige conectividade, letramento digital e capacitação contínua, alerta o Cremers. A entidade defende protocolos de segurança cibernética e a certificação periódica de plataformas para garantir confidencialidade e rastreabilidade

na qualidade de vida do paciente”, reforça Trindade. Saúde 2035, portanto, é bússola e convite: chama gestores à ação, universidades à responsabilidade e médicos à atualização permanente. O Conselho, por sua vez, seguirá fiscalizando cursos, defendendo a valorização da carreira e oferecendo subsídios técnicos para que, daqui a uma década, qualidade e inovação não sejam promessas, mas realidade. ■





ESPECIAL CREMERS

CARTILHA SEGURANÇA E SAÚDE

CELEBRA O ANIVERSÁRIO DO CREMERS E REFORÇA A PROTEÇÃO AOS MÉDICOS

Em parceria com a SSP/RS, a cartilha ensina passo a passo como registrar ocorrências online e agilizar o atendimento policial

Gabriela Nunes

Ao celebrar o seu 73º aniversário, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers) transformou a data num gesto concreto de proteção a quem trabalha na linha de frente da saúde: lançou a cartilha "Segurança e Saúde", primeira publicação no país dedicada a orientar médicos sobre como agir diante de agressões, invasões e outras formas de violência nos serviços de urgência e emergência. Elaborado em parceria com a Secretaria Estadual da Segurança Pública (SSP-RS), o material foi apresentado em 06 de maio, no auditório do Cremers, em Porto Alegre, diante de autoridades civis e militares — momento que marcou a nova etapa do compromisso histórico da autarquia com a segurança de pacientes e profissionais.

Desde que a pandemia ampliou o estresse nos plantões, trabalhar em pronto-socorro deixou de ser apenas exercício de assistência: tornou-se exposição cotidiana a ofensas, vandalismo, furtos e até agressões físicas. "Como não podemos impedir esses episódios por não ser nossa atribuição direta, buscamos ao menos orientar os médicos sobre os procedimentos mais indicados nessas ocasiões", justificou o presidente Eduardo Neubarth Trindade ao anunciar a cartilha. Ele também fez um apelo: "Cabe aos colegas registrarem cada caso, para que as autoridades consigam agir e planejar".

O tom de urgência foi reforçado pelo coronel Mário Ikeda, secretário-adjunto da SSP-RS. Apesar da queda geral dos índices de criminalidade, ele reconheceu que "a área da saúde ainda é um ponto sensível" e prometeu prioridade às ocorrências envolvendo profissionais de plantão. O secretário municipal da Saúde de Porto Alegre, Fernando Ritter, acrescentou que o documento "cria um clima de maior segurança para nossas equipes", sobretudo na atenção primária. Já a vereadora Comandante Nádia, presidente da Câmara Municipal, elogiou a proatividade do Conselho e ofereceu apoio na divulgação: "Tenho um filho médico e recebo relatos constantes de situações violentas nos plantões; vejo esta iniciativa como indispensável".

Organizada em linguagem direta, a cartilha responde à pergunta que mais angustia os médicos quando a tensão explode: o que fazer imediatamente? Primeiro, se a agressão estiver em andamento, o plantonista deve acionar o 190. O tempo médio de resposta da Brigada Militar para esse tipo de chamada é de 12 minu-

SILVIA LAGO



73 ANOS DE COMPROMISSO COM A CLASSE MÉDICA

Ao completar 73 anos, o Cremers lança a primeira cartilha do país com orientações práticas para proteger médicos diante de agressões e ameaças em plantões, reforçando seu compromisso com a segurança e a valorização da profissão

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

tos. Se o fato já ocorreu, o documento traz caminhos distintos:

- Violência física – registro inicial on-line é aceito, mas exige-se exame de corpo de delito presencial; a SSP determinou prioridade no atendimento a médicos vítimas durante o plantão, reduzindo a espera nos postos policiais.

- Danos patrimoniais ou injúria, calúnia e difamação – recomenda-se boletim on-line quando o agressor puder ser identificado.

- Furto ou roubo – mesmo sem autor conhecido, é fundamental registrar a ocorrência; a polícia pode abrir diligências para identificar o responsável.

Para simplificar o registro on-line, a publicação traz um passo a passo ilustrado de como preencher o formulário na Delegacia On-Line da Polícia Civil, receber protocolo e imprimir o boletim autenticado.

Parte central do e-book reproduz o resumo da Resolução 11/2025, elaborada pelo próprio Cremers, que estabelece deveres do diretor técnico (DT) diante de invasões ou condutas abusivas. Quando alguém estranho ao serviço ameaça a privacidade dos pacientes ou o trabalho da equipe, o médico deve: notificar DT e direção administrativa; registrar foto ou vídeo preservando a identidade dos atendidos; e interromper o atendimento — exceto em casos de risco iminente — até que a segurança seja restabelecida. Se o DT não estiver presente, cabe ao plantonista seguir o protocolo do artigo 5º e, depois, comunicar o Cremers. Entre as providências, destaca-se solicitar apoio imediato da Brigada Militar, formalizar ocorrência policial e enviar relatório detalhado ao Conselho.

O texto lembra, ainda, que compete ao DT treinar toda a equipe sobre essas orientações e prevenir reincidências, transformando cada incidente em oportunidade de melhoria do fluxo de trabalho.



SILVIA LAGO

SEGURANÇA NO TRABALHO
Ao colocar a segurança no centro das comemorações, o Cremers reafirma que seu legado é tão vivo quanto os plantões que, diariamente, salvam vidas — agora amparados por instruções claras, respaldo legal e uma rede de autoridades pronta a responder em minutos. Na foto, presidente Eduardo Trindade enfatiza: "Não basta ler; é preciso usar"

Para evitar vícios de prova, o material incorpora o Parecer 20/2020 do Conselho Federal de Medicina, reafirmando que exames de corpo de delito devem ser executados por peritos oficiais, salvo motivo justificável. O médico nomeado perito só pode recusar a função por suspeição ou impedimento, devendo comunicar à autoridade imediatamente — nunca por conveniência pessoal.

Nas páginas finais, o leitor encontra listas completas de delegacias, batalhões da Brigada Militar e seus respectivos bairros de abrangência na Capital, Região Metropolitana e interior — recurso pensado para agilizar chamados em situações de risco.

Para o Cremers, a cartilha não é fim em si, mas ponto de partida de uma estratégia mais ampla: estimular a cultura do registro como ferramenta de planejamento em segurança pública. Sem dados, não há política efetiva — e sem plantonistas protegidos, não há sistema de saúde que funcione. Por isso, o presidente Trindade insiste: “Não basta ler; é preciso usar”. A publicação digital está disponível para download gratuito no site do Conselho, e versões impressas serão distribuídas a hospitais, UPAs e unidades básicas em todo o estado, com apoio da Câmara Municipal de Porto Alegre e da SSP-RS.

Encerrar a celebração de aniversário com um guia prático de autoproteção revela a essência do Conselho fundado em 1952: antecipar riscos, propor soluções e defender a boa prática médica. Ao colocar a segurança no centro das comemorações, o Cremers reafirma que seu legado é tão vivo quanto os plantões que, diariamente, salvam vidas — agora amparados por instruções claras, respaldo legal e uma rede de autoridades pronta a responder em minutos. ■

I FÓRUM DE DEFESA DO ATO MÉDICO E COMBATE AO EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA

Resoluções, cursos e campanhas ampliaram denúncias qualificadas e fortaleceram o combate ao exercício ilegal no RS

Gabriela Nunes

Na sala de emergência de qualquer hospital gaúcho, os casos chegam sempre parecidos: infecções tardias, necroses silenciosas, hemorragias que se instalam horas depois de um preenchimento facial ou de uma lipoaspiração feita às pressas – procedimentos realizados em locais improvisados por pessoas sem diploma de Medicina. Cada nova internação lembra aos profissionais que, fora daqueles muros, cresce um mercado paralelo que promete resultados rápidos e baratos, mas frequentemente entrega sequelas físicas e emocionais de longa duração.

A dimensão do problema não é pequena. Dados do Conselho Federal de Medicina indicam que, no Brasil, são registrados em média dois crimes de exercício ilegal da profissão por dia. Nas redes sociais, multiplicam-se anúncios que oferecem cursos relâmpago para procedimentos invasivos, fomentando a banalização da prática médica e colocando a população em risco.

Foi diante desse cenário que, em maio de 2024, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers) publicou a Resolução 05/2024 – cuja vigência foi suspensa por decisão liminar da Justiça Federal em novembro de 2024, após ação do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) –, definindo diretrizes para que médicos denunciem complicações causadas por não médicos, documentem corretamente as lesões e encaminhem provas às autoridades competentes. A norma visa a proteger o paciente e garantir que o ilícito seja responsabilizado nas esferas civil e criminal.

Para ampliar o alcance da resolução, o Cremers selou, em 27 de setembro de 2024, uma cooperação com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – Seccional RS (SBCP-RS). O pacto prevê fiscalizações conjuntas, campanhas educativas e orientação permanente aos profissionais que identificarem práticas suspeitas. Participaram do encontro representantes da Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos e Exercício Ilegal da Medicina (Codame/EIM), da Procuradoria do Cremers e da diretoria da SBCP-RS, sinalizando união institucional em torno da pauta.

Esse esforço convergiu no I Fórum de Defesa do Ato Médico e Combate ao Exercício Ilegal da Medicina, realizado em 23 de novembro de 2024 no auditório do Conselho. Organizado pela Codame/EIM, o evento, de inscrições gratuitas, debateu a sobrecarga que procedimentos ilegais impõem ao Sistema Único de Saúde (SUS), o impacto psicológico nas vítimas e a necessidade de políticas públicas robustas. Na abertura, a conselheira Karin Anzolch alertou: "Nos tempos atuais, em que a obsessão pela estética domina, muitos se aproveitam dessa demanda para oferecer procedimentos médicos sem a qualificação necessária, expondo os indivíduos a riscos graves".

Nos corredores do Fórum, cirurgiões plásticos e dermatologistas relataram que a maioria das complicações oriundas de procedimentos estéticos ilegais acaba em UTIs públicas, onde equipes especializadas precisam reconstruir tecidos, conter infecções e oferecer suporte psicológico. Cada cirurgia corretiva custeada pelo SUS é um recurso que deixa de atender outras urgências, reforçando o impacto sistêmico do problema.

O Cremers atua em três frentes complementares:
Regulatória – Resoluções, pareceres técnicos e encaminhamentos ao Ministério Público e às delegacias especializadas, sempre baseados em evidências.

Educacional – Capacitações para que médicos saibam documentar e denunciar, além de orientação contínua sobre obrigações éticas.

Comunicacional – Campanhas de conscientização que alertam pacientes sobre riscos e indicam caminhos seguros para atendimento.

A quem suspeita ter sofrido dano após procedimento com um não médico, o Conselho recomenda buscar imediatamente atendimento em serviço de urgência ou com especialista habilitado, solicitar o prontuário do procedimento, registrar boletim de

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



SILVIA LAGO

UM TEMA URGENTE, URGENTÍSSIMO
Organizado pela Codame/EIM, o evento, de inscrições gratuitas, debateu a sobrecarga que procedimentos ilegais impõem ao Sistema Único de Saúde, o impacto psicológico nas vítimas e a necessidade de políticas públicas robustas

ocorrência e formalizar denúncia no site do Cremers, anexando laudos, fotos e recibos que comprovem autoria e local da intervenção.

Nos seis meses subsequentes à Resolução 05/2024, o Cremers registrou aumento expressivo de denúncias qualificadas, muitas acompanhadas de laudos completos e imagens de alta resolução. Parte dos casos ainda está em investigação, mas a expectativa é que a consolidação desse fluxo resulte em responsabilizações mais céleres, desencorajando novos ilícitos.

Defender o ato médico não significa restringir o acesso a procedimentos; significa garantir que eles sejam executados por profissionais com formação, residência e registro válido. Ao lado de sociedades médicas, conselhos de classe e poder público, o Cremers pretende ampliar a cooperação nacional, intensificar campanhas em redes sociais e pleitear legislação que puna com mais rigor quem se apresenta como médico sem o ser.

Enquanto essas ações avançam, a vigilância permanece constante para proteger a saúde integral da população. Combater o exercício ilegal da Medicina é, em última instância, proteger o paciente contra promessas vazias, sofrimento desnecessário e falsas economias que podem custar caro demais – às vezes, a própria vida. ■

ASSÉDIO JUDICIAL REFORÇA A LUTA DO CREMERS POR RIGOR NO ENSINO MÉDICO

Defesa da liberdade de imprensa, como pilar para fiscalizar a qualidade dos cursos de Medicina, é prioridade na agenda do Conselho

Gabriela Nunes

A intimação judicial entregue à jornalista Viviane Schwäger, da Assessoria de Comunicação do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers), não foi um episódio isolado. Ela expôs um método cada vez mais frequente de tentar silenciar profissionais de imprensa: o assédio judicial. Em 10 de dezembro de 2024, Schwäger recebeu ordem para depor na condição de pessoa física após publicar, no site do Cremers, reportagem sobre a decisão do Ministério da Educação (MEC) que barrou a criação de um curso de Medicina da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) em Porto Alegre. A ação foi movida pela Aelbra, mantenedora da Ulbra.

SECOM/CREMERS



"É inadmissível atacar o mensageiro por noticiar fatos. O conteúdo é fidedigno e não reflete a opinião pessoal da profissional. Tentar coagir e intimidar uma jornalista como pessoa física é um ato absurdo e injustificável", reagiu o presidente do Cremers, Eduardo Neubarth Trindade, ao denunciar o caso à Associação Riograndense de Imprensa (ARI). A entidade acolheu a queixa, prometeu acompanhamento jurídico e sugeriu um painel público para debater intimidações semelhantes.

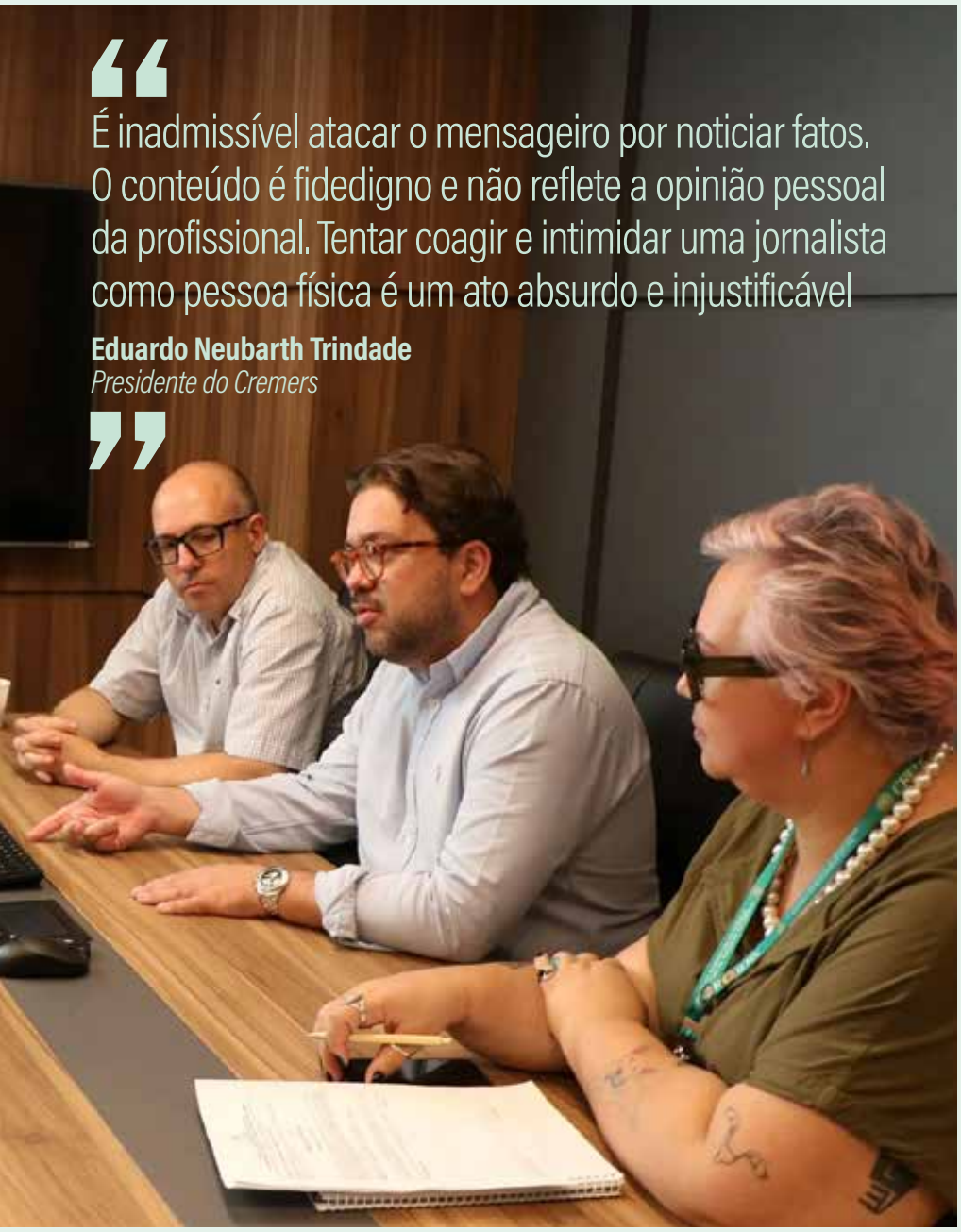
A reportagem alvo do processo noticiava que o MEC indeferiu o cadastramento do curso de Medicina da Ulbra na Capital gaúcha por falta de relevância social — área já supra-abastecida com 3,73 médicos por mil habitantes. O parecer apontou também que a universidade havia usado de forma abusiva uma

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

liminar obtida para Manaus, abrindo turmas em Porto Alegre, São Jerônimo e Gravataí sem autorização.

Atualmente, o Brasil conta com 373 escolas médicas, formando em média 35 mil novos profissionais por ano — número que preocupa conselhos regionais pela disparidade entre a quantidade de vagas e a capacidade de preceptoria hospitalar. O Cremers tem sido uma das vozes mais estridentes contra a "abertura indiscriminada" de cursos, argumento reforçado agora pela tentativa de calar a jornalista que cobriu o tema.

Menos de quatro meses após a denúncia, o Supremo Tribunal Federal fixou tese sobre assédio judicial: ajuizar múltiplas ações sobre os mesmos fatos, em comarcas distintas, com o objetivo de constranger jornalistas, viola a liberdade de imprensa. A Corte determinou que, comprovado o abuso, os processos devem ser reunidos no foro do réu e a responsabilidade civil só existe em caso de dolo ou culpa grave. A decisão pode servir de baliza para a defesa de Schwäger e reforça a posição do Cremers de que a ação contra a profissional extrapola o direito de petição e recorre ao Judiciário para intimidar.



Relatórios recentes de entidades como Abraji, ABI e a própria ARI apontam crescimento de processos movidos por grandes grupos econômicos ou figuras públicas para sufocar apurações críticas — prática que, além de onerar os jornalistas, estimula autocensura. Segundo levantamento da ARI, pelo menos sete comunicadores gaúchos enfrentam litígios semelhantes nos últimos dois anos, quase sempre relacionados a temas de alta relevância social, como saúde, educação e meio ambiente. O caso Cremers/Aelbra encaixa-se nesse padrão: judicializar a crítica quando faltam argumentos técnicos para rebater dados.

Para o Cremers, permitir que a Aelbra arraste uma profissional aos tribunais por relatar decisão oficial do MEC ameaça dois pilares: o direito da sociedade à informação qualificada e a luta histórica do Conselho por ensino médico responsável. Ao defender a jornalista, o órgão reforça que transparência e fiscalização não são privilégios de corporações, mas deveres de qualquer instituição que pretenda formar médicos.

A equipe jurídica do Cremers estuda pedir a aplicação imediata da tese do STF no caso, requisição que pode concentrar a demanda em Porto Alegre e coibir novas ações paralelas. A ARI articula, para junho, um painel aberto sobre assédio judicial, com participação de entidades nacionais de imprensa e juristas, para discutir medidas de prevenção e defesa.

Quando o debate sobre qualidade na formação médica coincide com pressões para calar vozes que o noticiam, a sociedade perde duas vezes: arrisca-se a ter faculdades sem estrutura apropriada e meios de comunicação intimidados a não expor o problema. Ao transformar um processo individual em pauta institucional, o Cremers sinaliza que proteger o jornalismo é parte inseparável de proteger a saúde pública — afinal, sem transparência, não há como exigir padrões mínimos de ensino, nem fiscalizar quem falha em cumpri-los. ■

CREMERS ANTECIPA PROPOSTA DE DIRETRIZES ÉTICAS PARA IA NA MEDICINA

Minuta estabelece IA como apoio ao clínico, exige consentimento informado, identificação de software e proteção de dados

Jennifer Nunes



Em 29 de novembro de 2023, diante de um auditório lotado na OAB/RS, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers) fez um alerta: a Inteligência Artificial (IA) já atravessa os corredores dos hospitais, os softwares de diagnóstico e até a relação médico–paciente; se a profissão não se antecipar, corre o risco de perder o controle — e a sociedade, de perder a confiança. O 12º Seminário de Fiscalização Profissional mostrou que transparência, rastreabilidade e atualização contínua serão tão decisivos quanto a precisão dos algoritmos.

Um ano depois, em 27 de novembro de 2024, o Cremers reuniu médicos, juristas e desenvolvedores na Audiência Pública sobre Regulamentação Ética da IA na Medicina. Ao final do encontro, saiu a minuta de uma norma inédita: IA é ferramenta de apoio, não substituto do raciocínio clínico; exige consentimento informado específico, identificação do software e do desenvolvedor e mecanismos de proteção de dados.

Para Eduardo Neubarth Trindade, presidente do Cremers, quatro pontos precisam de vigilância permanente: risco de judicialização quando a máquina erra; combate ao mau uso — de diagnósticos sem supervisão a prescrições automáticas; garantia de informações claras para pacientes e autoridades; e capacitação, porque a tecnologia evolui mais rápido que os currículos.

A proposta elaborada pelo Cremers recomenda que desenvolvedores forneçam relatórios de desempenho, descrevam as bases de dados utilizadas e atualizem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sempre que houver mudança de versão. “Os avanços tecnológicos acontecem em uma velocidade maior do que nossa capacidade de regular; precisamos correr juntos”, reforçou o advogado Cristiano Colombo na audiência.

A busca por uma governança robusta ecoa em Brasília, que colocou a IA em Saúde como prioridade da presidência brasileira do BRICS para 2025, com foco em interoperabilidade de dados e segurança do paciente. Em abril, o CFM transmitiu o I Seminário Virtual de Inteligência Artificial, reunindo exemplos dos Estados Unidos e da Europa e reforçando que qualquer resolução deverá preservar a autonomia médica e a qualidade de vida do paciente.

Ferramentas de triagem por imagem já reduzem em até 30% o tempo de resposta em pronto-socorro, e algoritmos preditivos começam a identificar padrões de infecção hospitalar antes dos sintomas. Mas cada linha de código abre novas vulnerabilidades: vieses nos dados podem replicar desigualdades, ataques cibernéticos podem sequestrar históricos clínicos, e decisões clínicas opacas podem comprometer a confiança pública. O Cremers sustenta que, sem

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



SILVIA LAGO

A TÊNUE LINHA EM DEBATE

Ferramentas de triagem por imagem já reduzem em até 30% o tempo de resposta em pronto-socorro, e algoritmos preditivos começam a identificar padrões de infecção hospitalar antes dos sintomas. Mas cada linha de código abre novas vulnerabilidades: vieses nos dados podem replicar desigualdades, ataques cibernéticos podem sequestrar históricos clínicos, e decisões clínicas opacas podem comprometer a confiança pública. O Cremers sustenta que, sem regras claras, o ganho de eficiência não compensa a ameaça à saúde integral dos gaúchos. Na imagem, palestra do Cremers debate o tema

regras claras, o ganho de eficiência não compensa a ameaça à saúde integral dos gaúchos.

A minuta será submetida a consulta pública ainda neste trimestre; em paralelo, o Cremers planeja módulos obrigatórios de letramento digital nos programas de educação continuada. A meta é que, antes de 2026, todos os profissionais registrados no Estado entendam limites, responsabilidades e possibilidades da IA clínica.

Da bancada de fiscalização ao consultório, a Inteligência Artificial já é realidade. O Cremers responde com a combinação de cautela técnica e ousadia normativa: acolher a inovação, mas exigir rastreabilidade; incentivar algoritmos, mas conservar o julgamento humano; valorizar a eficiência, mas proteger a dignidade e a segurança do paciente. Ao liderar o debate, o Conselho reafirma que o futuro da Medicina só será realmente inteligente se continuar essencialmente ético e humano. ■

ICEBERG
FAMURS
É no município que tudo acontece.

FORMAÇÃO MÉDICA EM XEQUE:

CREMERS EXIGE RIGOR PARA CURSOS NO RS

Com critérios objetivos — leitos por aluno, estágio em hospital de ensino e docentes médicos — o Cremers busca formar profissionais mais preparados

Jennifer Nunes

Quando o auditório do Fala RS se encheu, no Dia do Médico, a pergunta que pairava no ar não era "quantos médicos faltam ao país?", mas "que médicos estamos formando?". A pesquisa apresentada pelo Instituto Methodus mostrou que 92% dos gaúchos preferem investir em escolas já consolidadas a multiplicar novos cursos; 90% priorizam profissionais altamente qualificados, ainda que isso signifique menos vagas; e 92% veem o hospital-escola como componente essencial da graduação. Para o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers), esses números legitimam um alerta que há anos ecoa nos corredores acadêmicos: quantidade não é sinônimo de qualidade.

O Brasil conta atualmente com 373 escolas médicas, 20 delas no Rio Grande do Sul — sete federais e 13 privadas, com mensalidades que chegam a R$ 10,2 mil. O ritmo de expansão supera a capacidade de criar campos de prática adequados. Dados apresentados pelo presidente do Cremers, Eduardo Neubarth Trindade, revelam que 196 dos 250 municípios brasileiros com faculdades de Medicina não cumprem parâmetros mínimos; no RS, a inconformidade estrutural beira 80%. A principal lacuna é a falta de leitos hospitalares e equipes de Estratégia de Saúde da Família suficientes para sustentar a formação.

O Brasil conta atualmente com 373 escolas médicas, 20 delas no Rio Grande do Sul — sete federais e 13 privadas, com mensalidades que chegam a R$ 10,2 mil. O ritmo de expansão supera a capacidade de criar campos de prática adequados

Trindade resume: "Não precisamos de mais médicos, mas de profissionais melhores, que atendam às necessidades sociais específicas". O argumento contraria discursos populistas que prometem resolver a carência assistencial apenas abrindo vagas. Sem estrutura, o aluno não aprende; sem condições de trabalho, o médico recém-formado migra para centros maiores, perpetuando desigualdades regionais.

Hoje, portarias do MEC exigem 300 leitos SUS para abrir 60 vagas, mas não definem distribuição, complexidade ou vínculo de preceptoria. "É preciso transformar normas herméticas em regras inteligíveis", cobra Trindade. A proposta do Cremers fixa balizas objetivas:

- Cinco leitos públicos por aluno e, no máximo, três alunos por equipe

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SILVIA LAGO



Em 30 de abril de 2025, o Cremers interditou o ensino médico da Ulbra no Hospital Universitário de Canoas após constatar ausência de contrato entre as instituições e falta de preceptores contratados. Alunos denunciavam semanas sem aulas práticas; pacientes, por sua vez, corriam risco de receber atendimento de estudantes sem supervisão

FAMURS
É no município que tudo acontece.

PESQUISA INSTITUTO METHODUS

92% DOS GAÚCHOS
Preferem investir em escolas já consolidadas a multiplicar novos cursos



90% DOS GAÚCHOS
priorizam profissionais altamente qualificados, ainda que isso signifique menos vagas



92% DOS GAÚCHOS
veem o hospital-escola como componente essencial da graduação



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

de saúde da família.

- Pelo menos um hospital de ensino com contrato formal, campo de estágio ativo e supervisão médica.
- Professores de disciplinas médicas necessariamente graduados em Medicina.
- Transparência plena nos processos de autorização e renovação de reconhecimentos de curso, para evitar judicializações que driblem a avaliação técnica.

Em 30 de abril de 2025, o Cremers interditou o ensino médico da Ulbra no Hospital Universitário de Canoas após constatar ausência de contrato entre as instituições e falta de preceptores contratados. Alunos denunciavam semanas sem aulas práticas; pacientes, por sua vez, corriam risco de receber atendimento de estudantes sem supervisão. A interdição foi suspensa em 07 de maio após a apresentação do convênio, mas a medida não é definitiva. O Conselho segue apurando se as condições éticas e legais para o ensino médico estão de fato sendo cumpridas no HU.

Dados apresentados pelo presidente do Cremers, Eduardo Neubarth Trindade, revelam que 196 dos 250 municípios brasileiros com faculdades de Medicina não cumprem parâmetros mínimos; no RS, a inconformidade estrutural beira 80 %

O episódio ilustra como a abertura "no papel" não garante ambientes reais de aprendizado nem segurança assistencial. Sem campo de prática adequado, a formação se esvazia e a dignidade do paciente fica vulnerável.

Para o presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), Sandro Schreiber, o debate sobre "número ideal" de médicos é complexo diante do porte continental do país e da coexistência de sistemas público e privado. Mas ele aponta o consenso: sem estrutura, a expansão resulta em profissionais mal preparados. A Abem – autora das Diretrizes Curriculares de 2011 e maior Teste de Progresso do mundo, com 50 mil estudantes – reforça a urgência de critérios uniformes.

Quando a formação falha, os efeitos ultrapassam estatísticas. Estudantes arcam com dívidas de mensalidades altas e saem inseguros; pacientes recebem cuidados de equipes inexperientes; municípios apostam recursos públicos em cursos que não fixam profissionais. A pesquisa Fala RS captou esse temor: 76% dos entrevistados exigem diploma reconhecido pela lei brasileira, e 68% classificam como boa ou ótima a qualidade de seus cursos

> "Não precisamos de mais médicos, mas de profissionais melhores, que atendam às necessidades sociais específicas"
>
> **Eduardo Neubarth Trindade**
> *Presidente do Cremers*

locais – um capital de confiança que pode ruir se a produção de médicos se tornar meramente mercantil.

O Cremers não prega reserva de mercado: reivindica excelência. Defende que governo, universidades e sociedade pactuem metas mensuráveis, fiscalizadas por conselhos de classe e avaliadores independentes. Sem isso, o país corre o risco de replicar o cenário do Rio de Janeiro, onde hospitais pouco equipados ganharam o selo de "escola" e precarizaram o ensino.

A solução, portanto, não é correr atrás de números, mas consolidar estruturas que assegurem aprendizado ético, científico e, sobretudo, humano. Se a Medicina é, por essência, compromisso com a vida, formar médicos competentes é responsabilidade coletiva inadiável – e o Cremers, ao erguer essa bandeira, convida todos a participar da tarefa. ■

EM EVIDÊNCIA NA TV
Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença nos negócios e na política do RS.
Inscreva-se em nosso canal
@RevistaEmEvidencia
Assista:
YouTube MASPER TV

EM EVIDÊNCIA
NA TV

Inscreva-se no nosso canal no **YouTube**! Acesse pelo **QR Code** ou busque por

@RevistaEmEvidencia

Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença na política e nos negócios do RS.



às 18h, todos os domingos

TRANSMISSÃO:

STREAMING (GRATUITO)
- maspertv.com.br
- SoulTV
- SOPPlay
- NXTV
- YouTube
- Facebook
- Instagram

SATÉLITE
Satélite Star One D2
Canal 575

TV POR ASSINATURA
Claro TV RS | 20 / 520

Apresentador:
Cláudio Andrade

Apresentado por:

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

REVISTA em evidência

DIVULGAÇÃO CREMERS



ESPECIAL CREMERS

CARTILHA DE TELEMEDICINA DO CREMERS PROTEGE DADOS E FORTALECE O VÍNCULO MÉDICO-PACIENTE

Guia simples com boas práticas para consultas virtuais: registro no prontuário, autenticação forte e uso seguro de apps como WhatsApp para proteger dados sensíveis

Gabriela Nunes

Hoje, é comum que médicos recebam pelo celular solicitações relacionadas a sintomas ou condições clínicas enquanto ainda estão em atendimento. Pela mesma via, fornecem orientações preliminares, indicam medidas paliativas e solicitam exames complementares. A massiva popularização das comunicações remotas, intensificada desde a pandemia, trouxe ganhos como a redução de deslocamentos e o início mais ágil dos atendimentos, mas também veio acompanhada de desafios como falhas de interpretação, exposição de dados sensíveis e a expectativa de disponibilidade contínua. Para mitigar esses problemas, o Cremers lançou uma cartilha com fundamentos legais, boas práticas e orientações para consultas virtuais e o uso de aplicativos como o WhatsApp.

"As ferramentas de comunicação digital vieram para ficar, e na Medicina não é diferente. Mas precisamos estabelecer o que são boas práticas no uso dessas ferramentas, como garantir uma troca segura de informações, a necessidade de consentimento informado e outros pontos fundamentais para a prática médica", resume o presidente do Cremers, Eduardo Neubarth Trindade. Assinado por seis especialistas, o guia explica quando a conversa se torna ato médico, detalha requisitos de segurança de dados, traz checklist de postura na videochamada, disciplina renovação de receitas e orienta sobre a cobrança de honorários em regime de sobreaviso.

A cartilha parte de um ponto pacífico: a consulta à distância tem o mesmo peso de uma presencial desde a publicação da Lei 14.510/2022. Isso significa prontuário obrigatório, dever de sigilo e responsabilidade civil integral para o médico que atende por vídeo, chat ou telefone. Qualquer atalho fora desses padrões expõe tanto o profissional quanto o paciente.

Nem toda mensagem vira consulta. O documento define dois blocos: consulta médica, que produz diagnóstico, solicitação de exames ou prescrição, e

> "As ferramentas de comunicação digital vieram para ficar, e na Medicina não é diferente. Mas precisamos estabelecer o que são boas práticas no uso dessas ferramentas, como garantir uma troca segura de informações, a necessidade de consentimento informado e outros pontos fundamentais para a prática médica"
>
> **Eduardo Neubarth Trindade**
> *Presidente do Cremers*

orientação médica, usada para esclarecer o uso de medicamento já indicado ou comentar resultado de exame. A primeira — síncrona ou assíncrona — exige registro formal no prontuário; a segunda pode dispensar novo registro se estiver combinada, mas deve obedecer às mesmas regras de sigilo.

A Lei Geral de Proteção de Dados classifica informação de saúde como dado sensível. Por isso, a cartilha determina senha forte, autenticação em duas etapas e, sempre que possível, uso de VPN. Criptografia ponta a ponta "não basta", alerta o texto; é preciso evitar Wi-Fi aberto e manter apps atualizados. Imagens e laudos recebidos devem ser anexados ao prontuário ou apagados em até 90 dias; guardar foto clínica na nuvem pessoal é vedado.

Ao usar o aplicativo, o paciente já consente no canal. Ainda assim, o Cremers aconselha pedir autorização explícita antes de fotografar, guardar captura de tela ou compartilhar informações com outro médico — medida que reduz litígio e reforça confiança.



INOVAÇÃO
A cartilha confirma que a tecnologia não dispensa a essência do ato médico — apenas muda o canal. Quando regras claras guiam a prática, a consulta via notificação chega rápida, segura e completa ao paciente, sem sacrificar o vínculo nem a responsabilidade profissional

O médico tem autonomia para escolher se quer usar o aplicativo. Se topar, deve firmar um contrato digital: temas permitidos, horário de atendimento, prazo médio de resposta, conduta em urgência e assuntos que não serão tratados ali. A cartilha recomenda desativar o aviso de leitura e lembra que o profissional não é obrigado a respon-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

O guia oferece um roteiro objetivo:

1 - Confirmar a identidade do paciente (documento pela câmera).
2 - Garantir ambiente silencioso e bem iluminado.
3 - Manter webcam na altura dos ombros.
4 - Usar lanterna e zoom do aparelho como extensões do exame físico.
5 - Empregar expressões vocais curtas para mostrar atenção em chamadas de áudio.
6 - Encaminhar para atendimento presencial se faltarem condições técnicas ou clínicas, registrando o motivo.

der instantaneamente — pode sugerir outra hora ou encaminhar ao pronto-socorro quando necessário.

A prescrição pode ser prorrogada remotamente — inclusive para medicamentos controlados — se o quadro estiver estável. Caso surjam sinais de agravamento ou haja longa distância da última avaliação, o médico deve recusar a renovação e agendar reconsulta, documentando a decisão.

A teleconsulta vale tanto quanto a presencial — também no bolso. Parecer 19/2024 do Cremers respalda cobrança equivalente e permite diferenciar valores em regime de sobreaviso, desde que o paciente seja informado antes do atendimento.

Unindo fundamento legal, rigor ético e recomendações operacionais, o Cremers oferece uma bússola para quem usa o smartphone como extensão do consultório. A cartilha confirma que a tecnologia não dispensa a essência do ato médico — apenas muda o canal. Quando regras claras guiam a prática, a consulta via notificação chega rápida, segura e completa ao paciente, sem sacrificar o vínculo nem a responsabilidade profissional. ■

A FORÇA DA MEDICINA NA MOBILIZAÇÃO DO CREMERS DURANTE AS ENCHENTES DE 2024

O Cremers criou um grupo de trabalho para emitir pareceres sobre riscos sanitários e, para não atrasar o retorno dos médicos, isentou por 90 dias as taxas de segunda via de documentos profissionais

Gabriela Nunes
Fotos: Divulgação Cremers

Em maio de 2024, enchentes devastaram Porto Alegre, a Região Metropolitana e grande parte do RS, invadindo consultórios, postos de saúde e hospitais, deixando milhares de gaúchos desabrigados e sem acesso a itens básicos. O Cremers transformou sua sede em centro logístico: conselheiros, funcionários e voluntários montaram força-tarefa que recebeu, classificou e despachou toneladas de alimentos, água, colchões, roupas de cama, itens de higiene, ração e medicamentos. O presidente do Conselho, Eduardo Neubarth Trindade, ressaltou, na época, a importância desta corrente de solidariedade. "Agradecemos aos voluntários e aos nossos conselheiros e funcionários que estão mobilizados desde o final de semana para contribuir com as pessoas que perderam tudo neste momento trágico. Seguimos recebendo doações. Quem puder colaborar será muito bem-vindo" , disse Trindade.

Para dar eficiência ao fluxo de doações, o Conselho implantou rotinas semelhantes às de um almoxarifado hospitalar: cada volume recebia etiqueta com conteúdo, data de validade e ponto de entrega. Um quadro na sala de reuniões detalhava as rotas de distribuição, orientando a equipe a conectar a sede a escolas-alojamento, quartéis com cozinhas coletivas, universidades como centros de triagem e galpões rurais. Em 72 horas, mais de 20 remessas percorreram esse circuito, levando água potável, kits de higiene, colchões e ração animal a famílias desalojadas, enquanto o site do Conselho atualizava, em tempo quase real, o estoque remanescente e as necessidades prioritárias.

Consciente de que enchentes agravam doenças crônicas, o Cremers acionou o Conselho Regional de Farmácia para uma coleta dirigida de fármacos dentro da validade. Priorizaram-se antibióticos de largo espectro, anti-hipertensivos, psicotrópicos de uso contínuo e analgésicos básicos — suprimentos essenciais para pacientes que perderam receitas, estoques domiciliares e acesso regular à atenção primária. A triagem farmacêutica, feita por voluntários habilitados, separou e rotulou cada lote antes de enviá-lo aos postos de distribuição montados nos maiores abrigos.



FORÇA-TAREFA
Não faltaram voluntários para auxiliar na força-tarefa de amparar os flagelados da catástrofe de maio de 24


FACCHINI
JBM4C54



DOAÇÕES DE MEDICAMENTOS E CESTAS BÁSICAS
Para dar eficiência ao fluxo de doações, o Conselho implantou rotinas semelhantes às de um almoxarifado hospitalar: cada volume recebia etiqueta com conteúdo, data de validade e ponto de entrega. Um quadro na sala de reuniões detalhava as rotas de distribuição, orientando a equipe a conectar a sede a escolas-alojamento, quartéis com cozinhas coletivas, universidades como centros de triagem e galpões rurais

No dia 06 de maio de 2024, a Portaria 63 instituiu o GT Enchentes, coordenado pelo intensivista Fabiano Nagel e integrado pelo infectologista Paulo Ernesto Gewehr Filho, o médico de Família e Comunidade André Luiz da Silva, a psiquiatra Silzá Tramontina e o procurador Juliano Lauer. O mandato era duplo: elaborar pareceres rápidos sobre riscos sanitários — leptospirose, hepatite A, dermatoses de imersão e surtos de gastroenterite — e produzir recomendações sobre saúde mental para profissionais e desabrigados. Em menos de dez dias, o GT publicou orientações sobre potabilidade da água, uso de hipoclorito, atualização de vacinas e critérios para retomar cirurgias eletivas em hospitais parcialmente afetados.

Entre as perdas materiais, muitos médicos relataram extravio de carteiras profissionais e certificados de regularidade. Para evitar que a falta desses documentos retardasse o retorno ao trabalho, o Cremers suspendeu por 90 dias a cobrança das segundas vias para pessoas físicas, bastando a apresentação de boletim de ocorrência ou laudo da Defesa Civil. A secretaria do Conselho montou atendimento exclusivo, presencial e on-line, processando pedidos em menos de 48 horas. “Assim como milhares de gaúchos, muitos médicos perderam tudo nas enchentes, inclusive seus documentos de identificação profissional. Sensível a essa situação, o Conselho vai isentar o pagamento das taxas para que não haja ainda mais prejuízos ao atendimento da população”, afirmou Eduardo Trindade.

Se a tragédia testou a infraestrutura do Estado, também expôs a capacidade de um órgão de classe em responder além da sua função fiscalizatória. Ao abrir as portas para donativos, articular voluntários e produzir guias sanitários, o Cremers mostrou que sua autoridade não se limita ao crachá de fiscalização: ela se consolida quando soma conhecimento técnico a empatia. A experiência das enchentes indica que preparar se para crises futuras exige protocolos escritos, sim, mas também relações sólidas com universidades, forças de segurança e sociedade civil. Manter esse ecossistema ativo fora dos momentos de emergência é a melhor forma de garantir que, diante de qualquer nova necessidade, a Medicina gaúcha volte a entregar não apenas cuidado, mas esperança.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

DIVULGAÇÃO CREMERS



ESPECIAL CREMERS

RETROCESSO NO PROCESSO

Cremers enfrenta Anvisa para manter prescrição eletrônica de controlados no Rio Grande do Sul

Gabriela Nunes

Receitas digitais são documentos médicos emitidos eletronicamente, com assinatura digital e QR Code, utilizados para a prescrição de medicamentos — inclusive os controlados. Elas substituem o modelo tradicional em papel, permitindo que pacientes retirem medicamentos em farmácias por meio de validação on-line, com maior rastreabilidade, segurança e agilidade. No Rio Grande do Sul, o sistema foi implantado pelo Conselho Regional de Medicina (Cremers) ainda em 2020, tornando-se uma ferramenta consolidada e amplamente adotada por médicos, pacientes e farmácias. Conforme Eduardo Neubarth Trindade, "Criamos uma ferramenta que é ágil e eficiente, para pacientes e médicos, e muito menos suscetível a fraudes do que o talonário impresso ainda exigido pela Anvisa" .

Durante as enchentes de maio de 2024, que comprometeram o funcionamento de unidades de saúde e da própria Vigilância Sanitária estadual, o sistema de receitas digitais do Cremers foi fundamental para assegurar a continuidade de tratamentos com medicamentos sujeitos a controle especial. Com os talonários físicos indisponíveis e centenas de consultórios alagados, o modelo eletrônico permitiu que médicos emitissem prescrições de forma remota, mesmo em situações emergenciais. Conforme afirmou o presidente do Cremers no contexto da enchente: "A emissão de receitas azuis e amarelas vai beneficiar principalmente pacientes psiquiátricos e oncológicos que foram afetados pelas enchentes."

Entre os dias 08 e 15 de maio, foram emitidas 10.050 receitas digitais de medicamentos controlados — 6.469 do tipo azul e 3.581 do tipo amarelo. A iniciativa teve apoio da Secretaria Estadual da Saúde, que autorizou o uso da plataforma durante o período crítico. Segundo o presidente do Cremers, Eduardo Neubarth Trindade, a medida beneficiou especialmente pacientes psiquiátricos e oncológicos, cujos tratamentos não poderiam ser interrompidos. A atuação do sistema durante a calamidade foi citada pela entidade como evidência de sua eficácia, escalabilidade e capacidade de resposta rápida em contextos extremos.

Contudo, em 07 de novembro de 2024, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou uma circular determinando que farmácias de todo o estado deixassem de aceitar as receitas digitais de medicamentos controlados emitidas pela plataforma do Cremers. A justificativa foi o fim da vigência da RDC 864/2024, que autorizava, de forma excepcional, o



Em apenas uma semana, durante as enchentes, foram emitidas 10.050 receitas digitais de medicamentos controlados — 6.469 do tipo azul e 3.581 do tipo amarelo. A iniciativa teve apoio da Secretaria Estadual da Saúde, que autorizou o uso da plataforma durante o período crítico. Na foto, ao centro, O presidente do Cremers, Eduardo Neubarth Trindade, e a presidente do Conselho Federal de Farmácia do Rio Grande do Sul (CRF-RS), Giovana Ranquetat, anunciaram o trabalho em conjunto para implantação de receituários azul e amarelo na plataforma digital do Cremers



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA


12:14
CREMERS
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
NOTA AOS MÉDICOS E À POPULAÇÃO DO RS
A Anvisa determinou às farmácias do Rio Grande do Sul que não recebam receitas azuis e amarelas emitidas pela plataforma on-line do Cremers a partir de 08 de novembro. Uma decisão despótica, retrógrada e embasada em critérios altamente duvidosos que, como sempre, prejudica quem está mais fragilizado: o paciente.
A medida é um duro golpe à saúde dos gaúchos, ainda impactados pela catástrofe climática que atingiu o RS e, em muitos casos, dependentes da telemedicina. Em vez de apostar na tecnologia que facilita e agiliza o acesso a medicamentos vitais, a Agência quer a volta do bloco de papel carimbado.
Inacreditavelmente, alega que é melhor fiscalizar papel do que documentos eletrônicos, colocando em xeque uma iniciativa que já beneficiou milhões de gaúchos. As razões para isso, só a Anvisa pode explicar.
Quanto ao Cremers, estamos entrando com uma ação judicial para evitar esse retrocesso que afeta médicos, farmacêuticos, pacientes e o estado como um todo. Não deixaremos esse zumbi se levantar.
Porto Alegre, 07 de novembro de 2024. Dr. Eduardo Neubarth Trindade
Presidente do Cremers
Compartilhe isso:

uso das prescrições digitais enquanto durasse o decreto estadual de calamidade pública. Com o encerramento do decreto, a Anvisa considerou não haver mais respaldo normativo para a continuidade do modelo eletrônico, exigindo o retorno imediato ao uso dos talonários físicos.

A medida gerou reação imediata do Cremers, que defende a permanência da plataforma digital como política permanente de saúde, por considerá-la mais segura, rastreável e eficaz do que o sistema em papel. Desde então, a suspensão das receitas eletrônicas passou a mobilizar médicos, pacientes, farmacêuticos, gestores públicos e o Poder Judiciário. O impacto foi imediato: farmácias começaram a recusar as receitas digitais antes mesmo da data oficial, já no dia 05 de novembro, e a desassistência se agravou. De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, mais de 2,5 milhões de beneficiários de planos privados — além de usuários do SUS — foram potencialmente afetados pela interrupção do serviço.

O sistema de receitas digitais do Cremers permite a emissão on-line de prescrições de medicamentos controlados por meio de mecanismos de autenticação digital e validação imediata, garantindo autenticidade, verificação em tempo real pelas farmácias e rastreabilidade completa. Todos os registros ficam armazenados em banco de dados, acessíveis para auditoria a qualquer momento.

Em comparação com o modelo em papel, que depende de carimbos, preenchimento manual e controle em livro, o formato digital reduz riscos de rasuras, falsificações e perdas de controle. Desde sua implantação em 2020, milhões de prescrições foram emitidas sem registros de fraudes, comprovando sua superioridade técnica e segurança operacional. Segundo Eduardo Neubarth Trindade, “Nosso sistema é totalmente seguro, rastreável, auditável, eficaz e conta com o apoio do Conselho Regional de Farmácia do RS”.

A suspensão das receitas digitais teve efeitos imediatos sobre o cotidiano de pacientes, médicos e farmacêuticos. Para a população, especialmente aquela com doenças crônicas, transtornos mentais ou em tratamento oncológico, a interrupção do modelo eletrônico significou a necessidade de deslocamentos até consultórios para obter receitas físicas, muitas vezes em regiões ainda afetadas pelas consequências das enchentes. Médicos que utilizavam a plataforma digital relataram dificuldades para retomar o uso de talonários físicos, seja por questões logísticas ou de segurança.

Farmácias, por sua vez, perderam uma ferramenta de verificação rápida e confiável. O sistema digital permitia confirmar a autenticidade da receita no momento da compra, reduzindo o risco de erro e de fraude. Com a volta ao papel, o processo se tornou mais burocrático, sujeito a falhas e menos rastreável. Segundo o Cremers, a lacuna normativa gerada pela suspensão colocou em risco a continuidade de tratamentos e dificultou o acesso seguro a medicamentos controlados.

Diante da suspensão das receitas digitais determinada pela Anvisa, o Cremers ingressou com uma ação civil pública na Justiça Federal, solicitando que a plataforma eletrônica fosse mantida até que a Agência apresentasse uma alternativa técnica equivalente em termos de segurança, rastreabilidade e auditabilidade. A entidade sustenta que a revogação da RDC 864/2024, sem a disponibilização de um sistema substituto, criou um vazio normativo que compromete o atendimento à população e representa um retrocesso em relação aos avanços obtidos desde 2020.

A ação teve seu primeiro desdobramento relevante em 05 de fevereiro de 2025, durante uma audiência de conciliação realizada na 5ª Vara Federal de Porto Alegre. Na ocasião, não houve acordo entre as partes. O procurador do Cremers, Juliano Lauer, destacou que a plataforma já contabilizava mais de dez milhões de receitas emitidas, sem qualquer registro de irregularidade ou ineficiência. Reforçou ainda que o modelo é amplamente aceito pelos profissionais da saúde e apoiado pelo Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, que também participou da audiência.

> “Nosso sistema é totalmente seguro, rastreável, auditável, eficaz e conta com o apoio do Conselho Regional de Farmácia do RS”
>
> **Eduardo Neubarth Trindade**
> *Presidente do Cremers*

A juíza federal Ingrid Sliwka ouviu os argumentos das instituições e, embora tenha elogiado os esclarecimentos prestados, não proferiu decisão imediata. A expectativa do Cremers é que o julgamento reconheça a validade e a eficiência do sistema digital, estabelecendo um precedente jurídico que possa influenciar outras regiões do país. O Conselho defende que a plataforma não apenas atende aos critérios de segurança exigidos, como já se mostrou funcional durante calamidades, sendo uma solução concreta para a modernização da prescrição de medicamentos controlados.

Em nota, o Cremers afirma que a própria Anvisa reconheceu a necessidade de criar um sistema próprio, mas que este “não entrou em vigor até o momento”, o que reforça, na visão da entidade, a urgência da manutenção do modelo atual. Para o presidente do Conselho, Eduardo Neubarth Trindade, o sistema gaúcho pode ser replicado nacionalmente, oferecendo uma

DIVULGAÇÃO CREMERS



Cremers defende na Justiça a manutenção das receitas digitais de medicamentos controlados como política permanente de saúde

Em comparação com o modelo em papel, que depende de carimbos, preenchimento manual e controle em livro, o formato digital reduz riscos de rasuras, falsificações e perdas de controle

resposta definitiva aos problemas de falsificação, burocracia e insegurança do modelo tradicional. Nas palavras do próprio Trindade, trata-se de uma ferramenta "ágil, eficiente e muito menos suscetível a fraudes do que o talonário impresso ainda exigido pela Anvisa".

A suspensão das receitas digitais no Rio Grande do Sul, determinada pela Anvisa, interrompeu uma prática consolidada, com mais de dez milhões de prescrições emitidas de forma rastreável, auditável e sem registros de irregularidades. O retorno ao talonário físico não apenas representa um retrocesso, mas também reintroduz riscos evitáveis de fraude, perda de controle e descontinuidade no acesso a medicamentos controlados.

Ao acionar a Justiça, o Cremers busca preservar uma solução tecnológica já validada na prática clínica, defendendo um modelo que alia segurança, eficiência e responsabilidade sanitária. A entidade sustenta que a manutenção da plataforma digital não é apenas viável, mas essencial para garantir a continuidade do cuidado, especialmente em cenários de crise.

Ao transformar uma adversidade normativa em oportunidade de avanço, o Cremers reafirma seu papel como referência em inovação regulatória no país, defendendo que a tecnologia, quando bem aplicada, deve fortalecer — e não fragilizar — a confiança no sistema de saúde. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

POLÍTICA
ICEBERG



MUITO ALÉM DO QUE SE VÊ:

ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO

PARA A POLÍTICA DE VERDADE

ESTRATÉGIA POLÍTICA

@politicaiceberg



MÁRCIO IRION
Sócio-fundador da Irion Advogados

O BRASIL PRECISA O IVA E A TRIBUTAÇÃO NO BRASIL:

COMO A UNIFICAÇÃO DE IMPOSTOS PODE MUDAR O CENÁRIO ECONÔMICO E IMPACTAR OS CUSTOS E PREÇOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A proposta de implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), no Brasil, tem como objetivo a unificação de tributos como PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, criando um sistema mais simplificado e eficiente. Essa mudança representa uma oportunidade significativa para reduzir a complexidade tributária que há anos impacta o ambiente de negócios no país.

O objetivo do governo com a reforma é trazer benefícios ao setor empresarial, com maior previsibilidade nos custos e redução da burocracia fiscal, e em especial acabar com o imposto sobre o consumo. Além disso, a unificação pode tornar o ambiente de negócios mais atrativo para investimentos internacionais, já que uma estrutura tributária clara e eficiente é um dos principais fatores considerados por investidores.

No entanto, a transição para o novo sistema não será isenta de desafios. Existem preocupações, principalmente entre estados e municípios, que podem perder autonomia e arrecadação com a centralização tributária. Além disso, setores com margens mais estreitas, como o de serviços e o agronegócio, temem que a alíquota padrão, que segundo o Ministério da Fazenda deve chegar a 27,7%, a maior do mundo, acarretará aumento dos custos deste setor.

Entre os pontos positivos, apresentados pelo governo federal para viabilizar a Reforma Tributária, está a característica da não cumulatividade, intrínseca ao modelo de débito e crédito, possibilitando que as empresas possam se creditar dos tributos pagos nas aquisições de bens e serviços, utilizando estes créditos para compensar os tributos devidos na saída, o que tornaria mais justo o recolhimento de impostos, haja vista que a incidência das alíquotas se dariam pelo valor agregado, relegando o direito ao crédito somente para as empresas constituídas no país.

No sistema novo, as empresas que possuem o regime de apuração pelo lucro real e presumido passarão a ter o direito de se creditar dos impostos incidentes na aquisição de insumos vinculados a suas operações. Do ponto de vista das grandes empresas, aparentemente será melhor, contudo, se verificarmos a situação diferenciada que as empresas do Simples Nacional possuem, estas serão fortemente atingidas pela possível elevação da carga tributária, criando uma anomalia de enfraquecimento das mesmas, que se tornarão menos competitivas frente ao mercado em geral.

Em que pese a possibilidade das empresas do Simples optarem pela possibilidade de recolher os impostos pelo IVA, a consequência será o recolhimento pela alíquota geral. O fato é que a complexidade e a regulamentação das exceções, como no caso das empresas do simples, será um grande desafio, principalmente no aumento dos custos operacionais vinculados a suas áreas de controle contábil e fiscal, em específico para aquelas que optarem pelo pagamento do IVA por fora da DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional.

> “Do ponto de vista das grandes empresas, aparentemente será melhor, contudo, se verificarmos a situação diferenciada que as empresas do Simples Nacional possuem, estas serão fortemente atingidas pela possível elevação da carga tributária...”

Em resumo, a implementação do IVA traz um correto conceito tributário, no entanto, o que poderá vir pela frente será um aumento ainda maior da carga, principalmente pela imposição de normas infralegais que certamente limitarão o aproveitamento dos créditos tributários.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

CAPA **PERFIL EM EVIDÊNCIA**

DEPUTADO FEDERAL, LUCIANO ZUCCO

Liderança, disciplina e compromisso com o RS marcam a atuação de Zucco no Congresso Nacional

Lucio Vaz



ACERVO GABINETE ZUCCO

Com trajetória sólida no Exército e forte ligação com o ex-presidente Jair Bolsonaro, Zucco se destaca na Câmara dos Deputados pela alta produtividade legislativa, defesa da segurança, apoio ao agronegócio e presença constante no Rio Grande do Sul, conectando tradição e modernidade em prol do desenvolvimento estadual e nacional

Nascido em 09 de março de 1974, em Alegrete (RS), Luciano Lorenzini Zucco — amplamente conhecido como Tenente-Coronel Zucco — construiu uma trajetória exemplar que combina vocação militar, serviço público e forte atuação legislativa em favor do desenvolvimento gaúcho e brasileiro.

Filho da fronteira oeste, região marcada por tradições de coragem e patriotismo, Zucco cresceu em uma família que sempre valorizou a disciplina, o respeito e o amor à pátria. Esses princípios, assimilados desde cedo, seriam a bússola de toda a sua carreira, guiando-o pelos desafios do Exército Brasileiro e, mais tarde, da vida política.

A vocação para a farda manifestou-se ainda na juventude. Após ingressar no Exército, Zucco trilhou um caminho ascendente até alcançar a patente de Tenente-Coronel — reconhecimento à sua liderança, competência técnica e notável capacidade de gestão de equipes em ambientes de alta complexidade. Ao longo dessa jornada, aperfeiçoou-se em logística, estratégias de defesa e ações de apoio à população, habilidades hoje decisivas em seu desempenho parlamentar.

Nos anos finais de sua carreira no Exército, Zucco intensificou a interação com entidades civis, ministrando palestras sobre liderança e segurança comunitária em escolas, associações empresariais e sindicatos rurais. Atuou como elo entre o Comando Militar do Sul e prefeituras gaúchas, coordenando ações de apoio logístico em situações de enchentes e campanhas de vacinação, o que lhe rendeu reconhecimento como articulador eficiente fora dos quartéis.

Zucco cresceu em uma família que sempre valorizou a disciplina, o respeito e o amor à pátria. Esses princípios, assimilados desde cedo, seriam a bússola de toda a sua carreira, guiando-o pelos desafios do Exército Brasileiro e, mais tarde, da vida política

Em 2010, sua experiência operacional levou-o a integrar a equipe de segurança da Presidência da República, posição em que chefiou missões de escolta em viagens nacionais e internacionais dos presidentes Lula e Dilma Rousseff. A exposição ao núcleo estratégico de governo reforçou sua compreensão sobre políticas públicas e ampliou sua rede de contatos políticos, preparando o terreno para sua futura entrada na vida partidária.

Com o olhar voltado para a sociedade civil, Zucco percebeu que a experiência militar poderia servir diretamente ao povo gaúcho. Em 2018, foi eleito deputado estadual, iniciando uma atuação marcada pela defesa de iniciativas de segurança pública, modernização administrativa e fortalecimento da agricultura familiar. O trabalho dedicado e transparente resultou em reconhecimento popular e pavimentou o caminho para a eleição, em 2022, ao cargo de deputado federal pelo Rio Grande do Sul.

Desde fevereiro de 2023 na Câmara dos Deputados, Zucco apresenta uma



A VERDADEIRA SOBERANIA
Convicto de que a verdadeira soberania de um país reside no conhecimento de seu povo, Zucco apoia projetos de bolsas de estudo, parcerias com universidades e programas de iniciação científica. Ao fomentar centros de pesquisa em tecnologia agroindustrial e energias renováveis, promove a inserção de jovens gaúchos em carreiras de alto valor agregado



ACERVO GABINETE ZUCCO

das produções legislativas mais robustas da atual legislatura: são mais de 1 200 proposições de autoria, com foco em desenvolvimento regional, proteção social, apoio ao agronegócio, incentivo à inovação e valorização das Forças Armadas. Tal produtividade reflete sua dedicação em transformar demandas da sociedade em políticas públicas concretas.

Com o olhar voltado para a sociedade civil, Zucco percebeu que a experiência militar poderia servir diretamente ao povo gaúcho. Em 2018, foi eleito deputado estadual, iniciando uma atuação marcada pela defesa de iniciativas de segurança pública, modernização administrativa e fortalecimento da agricultura familiar

A presença de Zucco em comissões-chave potencializa a defesa dos interesses gaúchos:

- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – atuação em favor de produtores rurais, tecnologia de campo e expansão de mercados.

- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – contribuição técnica para políticas de soberania e segurança.

- Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais – incentivo à preservação ambiental integrada ao progresso econômico.

- Comissão de Cultura – apoio a manifestações artísticas que celebram a identidade brasileira.

- Comissão Externa sobre Danos Causados pelas Enchentes no RS – coordenação de esforços para recuperação das regiões afetadas, destinando emendas e articulando recursos federais.

Ao participar ativamente de debates e relatórios, o deputado assegura que as prioridades do Rio Grande do Sul sejam ouvidas em nível nacional, reforçando a vocação produtiva do estado e protegendo suas comunidades em momentos de crise.

Com forte compreensão das necessidades municipais, Zucco direcionou significativas emendas parlamentares para infraestrutura, saúde integral, educação técnica e programas de segurança. Suas iniciativas incluem modernização de hospitais regionais, ampliação de escolas profissionalizantes e investimentos em estradas que interligam polos agrícolas a mercados consumidores, gerando emprego e renda.

Nos bastidores do Parlamento, o Tenente-Coronel é reconhecido pela capacidade de unir diferentes bancadas em torno de objetivos comuns. Seu estilo franco e aberto ao diálogo facilita a construção de consensos e acelera a tramitação de pautas essenciais, beneficiando especialmente pequenos produtores, empreendedores inovadores e famílias que dependem de serviços públicos de qualidade.

Convicto de que a verdadeira soberania de um país reside no conhecimento de seu povo, Zucco apoia projetos de bolsas de estudo, parcerias com universidades e programas de iniciação científica. Ao fomentar centros de pesquisa em tecnologia agroindustrial e energias renováveis, promove a inserção de jovens gaúchos em carreiras de alto valor agregado.

Para enfrentar desafios ambientais e energéticos do século XXI, o deputado incentiva políticas de sustentabilidade que conciliam responsabilidade ecológica e competitividade econômica. Seu trabalho parlamentar prioriza incentivos a biocombustíveis, agricultura de precisão e estratégias de economia circular, alinhando-se às melhores práticas globais e às vocações naturais do estado.

Nos bastidores do Parlamento, o Tenente-Coronel é reconhecido pela capacidade de unir diferentes bancadas em torno de objetivos comuns. Seu estilo franco e aberto ao diálogo facilita a construção de consensos e acelera a tramitação de pautas essenciais, beneficiando especialmente pequenos produtores, empreendedores inovadores e famílias que dependem de serviços públicos de qualidade

Mesmo com a agenda intensa em Brasília, Zucco mantém presença constante no Rio Grande do Sul. Visitas regulares a municípios, diálogos com lideranças locais e atendimentos em gabinete itinerante garantem resposta rápida às demandas de diferentes setores — de cooperativas agrícolas a polos industriais, de associações culturais a projetos sociais voltados ao cuidado de idosos e crianças.

A confiança depositada pelo eleitorado gaúcho em sucessivas eleições

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

EM EVIDÊNCIA NATV
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



ACERVO GABINETE ZUCCO

LIDERANDO PELO EXEMPLO
Seu legado já se faz presente em centenas de municípios que receberam investimentos e atenção legislativa qualificada. Olhando para o futuro, Zucco continua firme no propósito de transformar o potencial do Rio Grande do Sul em prosperidade real para cada gaúcho, liderando pelo exemplo e trabalhando, dia após dia, por um Brasil mais forte, justo e competitivo

FAMURS
É no município que tudo acontece.

ACERVO GABINETE ZUCCO



ALIANÇA DE CONVICÇÕES
A relação entre o Tenente-Coronel Luciano Zucco e Jair Bolsonaro teve início nos círculos militares e consolidou-se na política. Após ser eleito com a maior votação do estado, Zucco tornou-se um dos principais articuladores do bolsonarismo no Sul. Em 2025, assumiu a liderança da oposição na Câmara dos Deputados com o aval de Bolsonaro, que também endossou sua indicação para presidir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

atesta a sintonia entre o deputado e as necessidades de seu povo. Seu mandato se distingue pelo diálogo transparente, prestação de contas frequente e presença efetiva nos meios digitais, onde compartilha conquistas e ouve sugestões dos cidadãos.

RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM JAIR BOLSONARO

A convergência de valores conservadores aproximou Zucco de Jair Bolsonaro ainda nos círculos militares, vínculo que se consolidou quando ambos ingressaram no PSL. Compartilhando a defesa da disciplina, do direito à legítima defesa e do fortalecimento das Forças Armadas, Zucco tornou-se um dos principais porta-vozes da mensagem de renovação política capitaneada por Bolsonaro no Rio Grande do Sul.

Durante a campanha de 2018, Zucco percorreu todo o estado organizando caravanas, encontros regionais e lives em apoio ao então candidato à Presidência. Na noite da vitória, estava na residência de Bolsonaro, testemunhando o resultado que ecoou sua própria eleição a deputado estadual como o mais votado do RS — um feito amplamente creditado à sintonia entre ambos.

Já em Brasília, a confiança mútua se fortaleceu: Bolsonaro convidou Zucco para compor a equipe de transição governamental e, mais tarde, passou a consultá-lo sobre temas de defesa e projetos estratégicos para o Sul. O ex-presidente continua a endossar publicamente o trabalho parlamentar de Zucco, que hoje lidera a bancada de oposição com o aval direto do líder máximo de seu campo político.

Tenente-Coronel Zucco representa a harmonia entre valores militares — disciplina, honra e dedicação — e a modernidade de um parlamentar comprometido com inovação, inclusão e desenvolvimento sustentável. Seu legado já se faz presente em centenas de municípios que receberam investimentos e atenção legislativa qualificada. Olhando para o futuro, Zucco continua firme no propósito de transformar o potencial do Rio Grande do Sul em prosperidade real para cada gaúcho, liderando pelo exemplo e trabalhando, dia após dia, por um Brasil mais forte, justo e competitivo. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



DIVULGAÇÃO

CAPA PERFIL EM EVIDÊNCIA

NADINE ANFLOR
DEPUTADA ESTADUAL

Da delegacia ao Parlamento, uma trajetória baseada na transformação de experiência em política pública

Jennifer Nunes

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Referência na segurança pública e voz ativa no Parlamento gaúcho, Nadine Anflor constrói pontes entre sua vivência nas delegacias e a formulação de leis, ampliando a proteção às mulheres e fortalecendo as políticas públicas com técnica e diálogo político.

Delegada de Polícia por 18 anos e primeira mulher a chefiar a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, Nadine Tagliari Farias Anflor construiu uma trajetória marcada pelo pioneirismo e pela dedicação ao serviço público. Natural de Getúlio Vargas, no Norte do estado, formou-se em Direito e ingressou na Polícia Civil em 2004. Ao longo da carreira policial, assumiu diferentes desafios e quebrou barreiras históricas da instituição: foi a primeira delegada a coordenar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) em todo o Rio Grande do Sul e também a primeira mulher eleita presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado (Asdep). Essas conquistas refletem o respeito e a confiança que Nadine conquistou entre os colegas desde os seus primeiros anos de atuação profissional.

Com experiência sólida no combate à violência de gênero, Nadine atuou por mais de seis anos como titular da Delegacia da Mulher de Porto Alegre, unidade especializada que atende vítimas de violência doméstica. Nesse período, lidou diariamente com dezenas de casos de agressões contra mulheres, consolidando sua convicção sobre a importância de fortalecer a proteção às vítimas e punir os agressores. Sua capacidade de gestão e conhecimento técnico a destacaram dentro da Polícia Civil gaúcha. Em 2015, foi escolhida para presidir a Asdep – tornando-se a primeira mulher à frente da entidade representativa dos delegados –, posição em que passou a defender os interesses da categoria e dialogar com outras forças de segurança. Colegas de profissão ressaltam que Nadine sempre demonstrou liderança equilibrada e competência técnica, características

GUSTAVO MANSUR



UMA POSSE QUE DEU INÍCIO A UMA NOVA JORNADA
A primeira delegada a coordenar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) em todo o Rio Grande do Sul e também a primeira mulher eleita presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado (Asdep). Em 2019, Nadine Anflor entrou para a história como a primeira mulher a assumir o cargo de chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, tal visibilidade foi circunstancial para o ingresso na política

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

que a credenciaram a galgar postos cada vez mais altos na instituição.

Uma de suas iniciativas de maior repercussão foi a criação do Código Gaúcho de Proteção às Mulheres, uma compilação inédita de todas as leis estaduais voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher

O reconhecimento culminou em janeiro de 2019, quando Nadine Anflor entrou para a história como a primeira mulher a assumir o cargo de chefe de Polícia do Rio Grande do Sul. Nomeada pelo governo estadual para comandar a instituição centenária, ela assumiu a missão de liderar cerca de cinco mil policiais civis em todo o Estado. À frente da Polícia Civil (2019–2022), imprimiu um estilo de gestão firme e integrado, pautado pela continuidade e aprimoramento das políticas de segurança pública já em curso. Nadine deu ênfase à repressão qualificada da criminalidade, priorizando a elucidação de homicídios, o combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, bem como a melhoria no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar. Sob sua liderança, a Polícia Civil engajou-se no programa estadual RS Seguro – estratégia transversal de segurança pública – e atingiu reduções sucessivas nos indicadores de criminalidade violenta. Autoridades da área reconheceram, na ocasião, os "excelentes resultados" obtidos pela instituição em prol da sociedade gaúcha. O delegado Fábio Motta Lopes, sucessor de Nadine, chegou a afirmar que daria seguimento "ao legado deixado pela primeira mulher a ocupar o posto de chefe da Polícia Civil, com foco na repressão qualificada à criminalidade".



ACERVO GABINETE ZUCCO

INNER CIRCLE
Considerada uma deputada de forte poder de articulação, atualmente faz parte do círculo íntimo do governador do estado, Eduardo Leite. Na foto, em Pequim, no estande do RS, durante a China International Supply Chain Expo (Cisce)

Após três anos e três meses na Chefia de Polícia, Nadine Anflor deixou o cargo em abril de 2022 para encarar um novo desafio: a carreira política. Filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – mesma sigla do governador à época, Eduardo Leite – ela concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul nas eleições de 2022. A transição do comando policial para a arena eleitoral foi respaldada por uma trajetória de serviços prestados e por um plano de mandato voltado à segurança pública e aos direitos humanos. Nas urnas, Nadine obteve 40.937 votos, sendo eleita deputada estadual para a 56ª Legislatura (2023–2027). Em fevereiro de 2023, tomou posse na Assembleia Legislativa (ALRS) e, já em seu primeiro ano de mandato, foi alçada a um posto de destaque na Casa: a parlamentar assumiu a 1ª Vice-Presidência da Mesa Diretora, integrando a cúpula que conduziu os trabalhos do Parlamento gaúcho no biênio 2023. Essa escolha, feita em acordo pluripartidário, reflete o prestígio político e a confiança que Nadine conquistou rapidamente entre os demais deputados estaduais.

No Legislativo, Nadine Anflor vem se notabilizando por pautas alinhadas à sua experiência profissional e compromisso social. A defesa do fortalecimento da segurança pública, da valorização das forças policiais e, sobretudo, da proteção dos grupos vulneráveis – em especial mulheres, crianças e adolescentes – norteia sua atuação parlamentar. Uma de suas iniciativas de maior repercussão foi a criação do Código Gaúcho de Proteção às Mulheres, uma compilação inédita de todas as leis estaduais voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. A ideia surgiu quando, já na Assembleia, Nadine deparou com a dispersão de dezenas de normas sobre o tema e identificou a dificuldade de acesso à informação por parte do público feminino. Em resposta, articulou a união de todas as deputadas da ALRS, de diferentes partidos, para coassinar o projeto de lei que consolidou esses dispositivos legais em um único documento de referência. O projeto do "Código da Mulher" foi aprovado por unanimidade no Plenário em julho de 2023 e, após a sanção do

FAMURS
É no município que tudo acontece.

Executivo, tornou-se lei estadual, reunindo 21 leis preexistentes em um só arcabouço normativo de fácil consulta. “Quando a informação está disponível, a mulher fica efetivamente mais protegida”, afirmou Nadine ao celebrar a aprovação unânime da medida, concebida para dar mais eficácia às políticas de prevenção e combate à violência de gênero no Rio Grande do Sul.

Outra frente de trabalho de Nadine Anflor no Parlamento é a assistência às vítimas de violência e seus familiares. Sensibilizada pelo impacto social dos crimes de feminicídio – cujo número ainda preocupa as autoridades –, a deputada apresentou, em 2023, o projeto de lei RS Ampara, que cria um benefício para crianças e adolescentes órfãos em razão do assassinato de suas mães. A proposta prevê o pagamento de uma espécie de pensão mensal, de até um salário-mínimo, aos menores de 18 anos que perderam a tutora legal em casos de feminicídio, desde que se enquadrem em critérios de vulnerabilidade socioeconômica. O objetivo é amparar esses órfãos da violência, suprindo parcialmente a ausência da mãe e facilitando seu acesso a direitos básicos. Protocolado em outubro de 2023, o projeto RS Ampara estava em tramitação na Assembleia até o primeiro semestre de 2024, já tendo despertado amplo debate e expectativa de aprovação entre parlamentares e organizações de defesa das mulheres. Essa iniciativa reforça o comprometimento de Nadine em estender a rede de proteção além da esfera penal, alcançando também os familiares indiretos das vítimas de violência doméstica.

No campo da segurança pública, a atuação legislativa de Nadine tem buscado dotar o Estado de instrumentos modernos e eficientes. Um exemplo concreto foi a atualização do Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública (PISEG), mecanismo que permite a empresas destinar parte do ICMS devido para investimentos na área de segurança. Originalmente, os recursos do PISEG podiam ser aplicados apenas na aquisição de viatu-

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



COMPANHEIRO DA VIDA
Com o marido Elmo Anflor Jr., durante a Expodireto deste ano

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



ras, armamentos e equipamentos. Em 2023, Nadine Anflor propôs uma alteração para ampliar esse escopo: seu Projeto de Lei Complementar 114/2023 autorizou que os valores incentivados sejam utilizados também em obras de infraestrutura, como construção, reforma e modernização de delegacias, presídios e demais instalações das forças de segurança. A mudança, aprovada na ALRS por 50 votos a 1, foi saudada como uma forma de melhorar as condições de trabalho dos policiais e a qualidade do atendimento à população, sobretudo no interior do estado, onde muitas unidades carecem de melhoria física. A proposição seguiu para sanção governamental e foi vista como um avanço significativo por gestores da área de segurança, pois contribui para a eficiência do PISEG e incentiva uma parceria maior entre iniciativa privada e poder público na proteção social.

Demonstrando versatilidade na agenda legislativa, Nadine também direcionou esforços a políticas de saúde, em especial na área de atenção oncológica às mulheres. Em 2024, entrou em vigor a Lei 16.151/2024, de autoria da deputada, que institui o Programa Estadual de Navegação de Pacientes para Pessoas com Neoplasia Maligna de Mama. Pioneiro em nível estadual, esse programa estabelece um acompanhamento individualizado e multidisciplinar para pacientes com suspeita ou diagnóstico de câncer de mama atendidas pelo SUS, garantindo que cada etapa – do exame inicial ao tratamento – ocorra com a máxima agilidade, eficiência e suporte humanizado. A nova lei fixa prazos máximos para realização de exames e início da terapia, em conformidade com a legislação federal, e determina a capacitação permanente das equipes de saúde para acolher essas pacientes de forma orientada. A proposta foi elogiada por entidades como o Instituto da Mama do RS (IMAMA) e a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA), que participaram da cerimônia de sanção ao lado do governador do Estado. Com essa iniciativa, Nadine Anflor ampliou seu leque de atuação para além da segurança, mostrando sensibilidade e atenção a um tema crucial de saúde pública e de impacto na vida das mulheres gaúchas.

> Sensibilizada pelo impacto social dos crimes de feminicídio – cujo número ainda preocupa as autoridades –, a deputada apresentou em 2023 o projeto de lei RS Ampara, que cria um benefício para crianças e adolescentes órfãos em razão do assassinato de suas mães

No dia a dia do Parlamento, a deputada Nadine Anflor integra diversas frentes e comissões, contribuindo ativamente na formulação e análise de políticas públicas. Ela é membro titular da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado, espaço em que sua experiência técnica se sobressai. Nessa comissão, coube a Nadine relatar matérias relevantes, como o projeto de lei que institui o Plano Estadual de Revisão de Gastos Públicos – um "spending review" das contas estaduais, proposto para melhorar a eficiência e eliminar desperdícios na máquina pública. Ao conduzir a relatoria dessa iniciativa, a deputada examinou detalhadamente os mecanismos de controle de gastos e apresentou parecer alinhado às melhores práticas de responsabilidade fiscal, evidenciando sua capacidade de atuação para além dos temas de sua origem policial. Também compõe as frentes parlamentares ligadas à segurança e aos direitos das mulheres, participando de debates e audiências públicas que aproximam a Assembleia da sociedade civil e das instituições especializadas.

Discreta no estilo pessoal e avessa a confrontos estéreis, Nadine Anflor construiu uma imagem de política técnica e conciliadora. Sua capacidade de articulação ficou comprovada na aprovação unânime de projetos como o Código da Mulher, em que uniu parlamentares de todas as legendas em torno de um objetivo comum. Transitando com desenvoltura entre governo e oposição, ela prioriza o diálogo e a construção de consensos, qualidades possivelmente desenvolvidas ainda na época em que presidiu a associação de delegados e precisou negociar demandas da categoria com diferentes órgãos e poderes. Essa postura agregadora tem rendido reconhecimento institucional. Em 2021, quando ainda comandava a Polícia Civil, Nadine foi agraciada com a Medalha do Mérito da Força Nacional – honraria concedida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – em razão das contribuições excepcionais prestadas por ela ao fortalecimento da segurança pública no país. Também recebeu homenagens no Rio Grande do Sul, incluindo distinções concedidas pelo Poder Legislativo estadual em agradecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade gaúcha.

O perfil de Nadine Anflor, portanto, é o de uma servidora pública vocacionada, que alia conhecimento técnico, experiência prática e habilidade política. Da delegacia à tribuna parlamentar, sua trajetória reflete compromisso com a legalidade, com a defesa da vida e da dignidade humana. Impessoal e focada em resultados, a delegada que fez história na Polícia agora se consolida como uma liderança positiva na Assembleia Legislativa, trabalhando de forma incansável para transformar em leis as demandas da população por mais segurança, justiça e igualdade social.

EDUCAÇÃO POLÍTICA É ESSENCIAL

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



ÍSIS VARGGAS
CEO da Iceberg - Estratégia Política

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

> “Democracia só funciona bem com participação — e esta só acontece com compreensão. A mesma energia que dedicamos à educação financeira e ambiental, precisamos dedicar à política”

Nos últimos anos, o debate sobre educação financeira, digital e ambiental ganhou força. Mas há uma educação ainda negligenciada e essencial: a educação política.

Ela é fundamental porque são os políticos — vereadores, prefeitos, deputados, senadores — que criam as leis que definem nossa vida: impostos, orçamento, direitos e até o que será considerado crime.

O paradoxo é claro: a política decide tudo, mas é justamente o espaço que muitos desconhecem ou evitam. Sem educação política, muitos não sabem a diferença entre Executivo e Legislativo, como nasce uma lei ou qual o papel da Câmara Municipal. Isso prejudica o eleitor, que vota sem clareza, e também quem é eleito.

É comum vermos políticos que assumem cargos sem saber como funciona o processo legislativo, como apresentar um projeto ou fiscalizar o Executivo. Muitos acabam como figurantes, repetindo discursos e votando sem entender.

Educação política é a chave para quebrar esse ciclo. É ensinar desde cedo que política não é só “coisa de político”, mas responsabilidade de todos. É capacitar futuros gestores e dar ao cidadão ferramentas para participar, fiscalizar e propor.

Democracia só funciona bem com participação — e esta só acontece com compreensão. A mesma energia que dedicamos à educação financeira e ambiental, precisamos dedicar à política.

> “O paradoxo é claro: a política decide tudo, mas é justamente o espaço que muitos desconhecem ou evitam. Sem educação política, muitos não sabem a diferença entre Executivo e Legislativo, como nasce uma lei ou qual o papel da Câmara Municipal”

Cidadãos politicamente educados são protagonistas; políticos preparados, servidores públicos de verdade. A política decide nossa vida — e precisamos aprender a decidir a política.

Quem faz, está
Em Evidência.
POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANUNCIE: 51 98444-4616
revistaemevidencia
revistaemevidencia.com.br
Revista em evidência

O FUTURO DO BEM-VIVER E O DESPERTAR PARA O SUCESSO



ANDRÉIA FIORAVANTE
Advogada, Palestrante, Mentora de Mulheres
Criadora do Movimento Despertando Mulheres

Vivemos uma era de grandes transformações. Em um mundo que por tanto tempo valorizou a ostentação e o status, cada vez mais mulheres despertam para uma verdade essencial: o verdadeiro luxo não está no que possuímos, mas no que vivemos.

Hoje, o luxo é invisível e imensurável em cifras. Está no tempo de qualidade, na paz de espírito, na saúde emocional e nas conexões verdadeiras.

Mais do que uma tendência, essa é uma nova forma de existir, um convite para viver de forma mais consciente, plena e verdadeira.

O QUE É O NOVO LUXO?

Durante décadas, luxo foi sinônimo de conquistas materiais e exibição de poder. Mas, diante do esgotamento emocional e de uma rotina acelerada, esse conceito perdeu espaço para uma busca mais profunda: a de uma vida com significado.

De acordo com o relatório The Future 100 – 2023, da Wunderman Thompson Intelligence o novo luxo é mais do que ter, é o que queremos ser; é mais do que acumular, mas onde e como queremos florescer.

A EVOLUÇÃO DO LUXO: DA OSTENTAÇÃO À ESSÊNCIA

Até 1970: Luxo era sinônimo de bens raros e status.
1980-1990: A era da ostentação e do consumo excessivo.
2000-2010: Surge o valor das experiências e do minimalismo.
2015-2020: Propósito e bem-estar ganham espaço.
2020 em diante: O Novo Luxo se consolida: saúde emocional, espiritualidade viva e tempo de qualidade tornam-se as maiores riquezas.

OS 5 PILARES DO NOVO LUXO NA VIDA DA MULHER

1. Tempo de Qualidade
O maior luxo é ter tempo para o que realmente importa. Organizar a agenda e estar presente com quem se ama é um ato de amor-próprio. “Há tempo para tudo — inclusive para se cuidar, se amar e se reconstruir.”

2. Saúde Emocional
Leveza interior é o novo símbolo de riqueza. Curar as emoções e cultivar a paz são conquistas inestimáveis.

3. Espiritualidade Viva
Conectar-se diariamente com Deus é o bem mais precioso. Uma fé viva traz direção e plenitude.

4. Conexões Verdadeiras
Construir laços sinceros e profundos é um privilégio que dinheiro algum pode comprar.

5. Autenticidade e Propósito
Viver com verdade e florescer segundo seu próprio chamado é a liberdade mais doce. “O novo luxo é dizer 'sim' para sua alma, 'sim' para o seu propósito e 'sim' para a vida abundante.”

O NOVO LUXO E O DESAFIO DAS MULHERES QUE CONQUISTARAM O TOPO

Nos últimos anos, muitas mulheres chegaram a posições de destaque antes ocupadas apenas por homens. Mas, por trás dessas conquistas, há um preço emocional alto: a desconexão com a própria essência.

Vivem sobrecarregadas, não tiram férias, sentem culpa ao pausar e, mesmo cercadas de conquistas, carregam um cansaço que não passa.

O Novo Luxo é um convite para essas mulheres retomarem o controle da própria vida, valorizarem a pausa e se reconectarem com a leveza. Porque não adianta chegar ao topo se o preço for abrir mão da própria paz.

GRANDES VOZES FEMININAS QUE CONFIRMAM ESSA NOVA TENDÊNCIA

Maria Prata (Brasil): "O novo luxo é aquilo que ninguém pode tirar de você: sua paz, seu tempo, sua história."
Naomi Campbell (Internacional): "O luxo de hoje é acordar com saúde, fazer o que você ama e impactar o mundo positivamente."
Sofia Vergara (Colômbia): "O luxo que eu escolho hoje é o da liberdade: ser feliz, viver com propósito e cuidar do que realmente importa."
Conclusão: O viver com sucesso está no bem-viver. O verdadeiro luxo não está no que se vê, mas no que se sente. Está na presença de Deus que guia, na paz que preenche a alma e na coragem de viver de forma leve, livre e autêntica. Mais do que nunca, você tem nas mãos a chave para viver o Novo Luxo da vida real. Use-a com amor, fé e intencionalidade.

EM EVIDÊNCIA NA TV
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

O BRASIL PRECISA INVESTIR NA INTERNACIONALIZAÇÃO DOS SEUS NEGÓCIOS



EDUARDO PONTICELLI
Empresário Especialista em China
CEO Illec International Limited

Um mundo cada vez mais globalizado, a internacionalização dos negócios deixou de ser uma opção para se tornar uma necessidade estratégica. O Brasil, apesar de seu potencial econômico, ainda está aquém do protagonismo que poderia exercer no comércio internacional. A participação de empresas brasileiras nos mercados globais é relativamente modesta se comparada a outras economias emergentes, e isso revela uma oportunidade clara: é hora de o país investir seriamente na internacionalização de seus negócios.

A presença internacional fortalece a competitividade das empresas, aumenta suas receitas e reduz a dependência do mercado interno. Para que isso ocorra de forma sustentável, o país precisa capacitar profissionais especializados em comércio exterior, capazes de navegar pelas complexidades das relações comerciais globais, legislações internacionais, logística e acordos multilaterais. É essencial que universidades, instituições de ensino técnico e o próprio governo invistam na formação de talentos com essa visão estratégica.

Além disso, a participação ativa em feiras e eventos internacionais deve ser estimulada. Esses espaços são vitrines globais onde as empresas brasileiras podem mostrar sua capacidade produtiva, inovação e qualidade. Mais do que promover produtos, essas feiras constroem relacionamentos, abrem portas e estabelecem conexões valiosas com distribuidores, compradores e investidores estrangeiros. A ApexBrasil, por exemplo, já desempenha um papel importante nesse sentido, mas precisa de mais apoio e integração com o setor privado para ampliar seus resultados.

Outro ponto crucial é a imagem dos produtos brasileiros no exterior. Apesar da excelência de muitos itens — como alimentos, cosméticos, moda e tecnologia agroindustrial —, o país ainda carrega estigmas relacionados à burocracia, instabilidade econômica e dificuldades logísticas. Investir na construção de uma marca país forte, moderna e confiável é fundamental. Isso inclui desde ações coordenadas de branding internacional até a garantia de padrões de qualidade e sustentabilidade que atendam às exigências dos mercados mais avançados.

> “É essencial que universidades, instituições de ensino técnico e o próprio governo invistam na formação de talentos com essa visão estratégica”

Em suma, a internacionalização dos negócios brasileiros não é apenas desejável, mas urgente. Requer esforço conjunto do setor público, da iniciativa privada e das instituições de ensino. O Brasil tem recursos, talentos e produtos de valor. O que falta é estratégia, investimento e visão de longo prazo para que o país ocupe o lugar que merece no cenário global.

Quem faz, está **Em Evidência.**
POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANUNCIE: 51 98444-4616 revistaemevidencia
revistaemevidencia revistaemevidencia.com.br
Revista em evidência

CONSULTÓRIO DIGITAL NO CAMPO

Projeto de acesso a consultas e diagnósticos de saúde para pessoas que vivem em áreas rurais



Consultórios Digitais com aferição de sinais vitais, exames específicos e videoconferência, médicos da família e especialistas.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

CAPA **PERFIL EM EVIDÊNCIA**

RODRIGO SOUSA COSTA

O homem à frente da Federasul em um tempo de desafios e reconstrução

Lucio vaz

Com experiência no agronegócio, atuação em entidades de classe e formação em diferentes áreas do conhecimento, Rodrigo Sousa Costa assumiu a presidência da Federasul em meio a transformações econômicas e climáticas, conduzindo agendas institucionais voltadas ao ambiente de negócios gaúcho

Rodrigo Sousa Costa construiu uma trajetória marcada pela dedicação ao setor produtivo e pelo espírito de liderança colaborativa. Natural de Pelotas, no Sul do Rio Grande do Sul, ele possui formação multidisciplinar: formou-se engenheiro-agrônomo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e também graduou-se em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), complementando os estudos com uma pós-graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essa base acadêmica plural refletiu-se em sua atuação profissional, onde acumulou experiência tanto no campo quanto no universo jurídico, sempre com olhar voltado ao desenvolvimento regional. Produtor rural por vocação, Costa vivenciou de perto os desafios e as oportunidades do agronegócio – um dos pilares da economia gaúcha – o que lhe proporcionou conhecimento prático sobre as necessidades dos empreendedores do interior e reforçou sua convicção na importância da livre iniciativa e do trabalho árduo para impulsionar a prosperidade local.

Antes de assumir a presidência da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Rodrigo Sousa Costa já acumulava um longo histórico de envolvimento em entidades de classe e iniciativas comunitárias ligadas ao setor produtivo. Foi presidente do Sindicato Rural de Pedro Osório e da Associação Rural de Pelotas, municípios onde atuou diretamente no apoio a produtores e empresários rurais. Nessas posições, destacou-se por promover o associativismo e a defesa dos interesses do agronegócio regional, mostrando habilidade em articular demandas coletivas e dialogar com autoridades em prol de melhorias para o campo. Também presidiu o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Pelotas, evidenciando sensibilidade às questões de sustentabilidade e desenvolvimento equilibrado. Além disso, coordenou a Aliança Pelotas – uma coalizão que reúne diversas entidades do segmento produtivo pelotense – iniciativa através da qual trabalhou para integrar diferentes setores econômicos locais em torno de pautas comuns de crescimento. Esse percurso diverso, engajado tanto em questões ambientais quanto em inovação e negócios, deu a Costa uma visão abrangente dos fatores que influenciam o desenvolvimento econômico regional e a competitividade das empresas.

No âmbito empresarial, a atuação de Rodrigo Sousa Costa sempre foi guiada por princípios de colaboração, modernização e defesa do empreendedorismo. Sua vivência como produtor rural e líder classista permitiu-lhe compreender a fundo as dinâmicas do mercado e as dificuldades enfrentadas por quem gera riqueza e empregos. Ele acredita que um ambiente de negócios favorável é fundamental para liberar o potencial das empresas gaúchas. “A economia se move por confiança”, afirmou Costa ao sintetizar sua visão de mercado. Quando os empreendedores confiam no futuro e nas regras estáveis, eles se sentem encorajados a investir, inovar e ampliar seus negócios; mas se predomina a insegurança – seja por excesso de burocracia, instabilidade nas políticas ou carga tributária elevada – acabam retraindo investimentos e postergando planos de expansão. Costa defende, portanto, a criação de um cenário de previsibilidade e segurança jurídica, no qual o setor privado possa florescer. Não por acaso, ele tem se posicionado consistentemente a favor da redução de entraves burocráticos e de uma carga tributária mais equilibrada, argumentando que um bom ou mau ambiente para trabalhar e produzir pode significar a diferença entre a prosperidade e a estagnação econômica de uma região. Essas convicções alinham-se à missão institucional da Federasul, que historicamente aposta em agendas



ligadas à livre iniciativa, à economia de mercado e ao desenvolvimento sustentável do Estado.

Ao longo de sua jornada, Rodrigo Sousa Costa também participou de conselhos e fóruns que lhe permitiram contribuir com ideias para políticas públicas e iniciativas empresariais. Sua atuação voluntária em entidades representativas – ele chegou a ocupar a vice-presidência de Integração da Federasul por dois mandatos antes de liderá-la– evidencia sua capacidade de diálogo e articulação. Nesse cargo, Costa trabalhou para aproximar as associações comerciais e industriais de todas as regiões do Rio Grande do Sul, fomentando a troca de experiências e a união das lideranças em torno de objetivos comuns. Essa experiência o credenciou naturalmente



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

FEDERASUL, NO CENTRO DOS GRANDE DEBATES
No diálogo institucional, Rodrigo Sousa Costa mantém uma interlocução constante tanto com o setor público quanto com o setor privado. Sob seu comando, a Federasul intensificou o papel de ponte entre empresários e governantes, promovendo debates e apresentando sugestões para aprimorar o ambiente de negócios no Rio Grande do Sul. Eventos tradicionais da entidade, como o Tá na Mesa – almoços-palestra que reúnem lideranças políticas e empresariais – seguiram como espaço privilegiado para discutir temas econômicos e sociais de relevância, sempre com a presença ativa do presidente da Federasul conduzindo as discussões. Na foto, com integrantes da bancada gaúcha no Congresso Nacional

a voos mais altos dentro da Federasul e consolidou sua reputação como uma ponte entre o setor privado e os poderes públicos. Com sólida compreensão dos setores agrícola, industrial e de serviços, e trânsito entre diferentes segmentos, Costa desenvolveu uma visão estratégica sobre desenvolvimento econômico: para ele, incentivar a inovação, valorizar quem empreende e garantir condições justas de concorrência são elementos essenciais para o crescimento sustentado. Em artigos e pronunciamentos, têm alertado para desafios e proposto soluções: por exemplo, destacou a necessidade de enfrentar a concorrência desleal sofrida por empresas locais em razão de certas isenções fiscais a importados via comércio eletrônico, que acabam prejudicando a indústria regional. Também defende a implementação de reformas administrativas que permitam reduzir a carga de impostos a longo prazo, aliviando o peso sobre quem produz e gerando um círculo virtuoso de investimentos e geração de empregos. Tais posicionamentos reforçam sua imagem de líder comprometido com a defesa do ambiente de negócios e com a construção de um Rio Grande do Sul mais competitivo.

A ascensão de Rodrigo Sousa Costa à presidência da Federasul, em janeiro de 2023, representou a continuidade natural de seu trabalho em prol do associativismo empresarial, agora em escala estadual. Ele assumiu o comando da quase centenária Federasul – entida-

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



ESPÍRITO SOLIDÁRIO
Esse espírito solidário e pragmático foi para ele um indicativo de que "as pessoas estão querendo convergência no lugar dos conflitos", criando um ambiente fértil para semear boas ideias e projetos embasados em valores compartilhados. Sob sua liderança, a Federasul procurou canalizar essa energia de colaboração: mobilizou suas associações filiadas para auxiliar na recuperação das regiões atingidas e provou na prática a força do associativismo como agente de transformação social. Na foto, o presidente e alguns dos principais nomes da indústria gaúcha

de fundada em 1927, que hoje congrega centenas de associações comerciais e industriais de todas as regiões gaúchas – com o desafio de fortalecer ainda mais a voz da classe produtiva. A Federasul, atualmente, reúne quase 180 entidades empresariais filiadas, as quais, juntas, representam cerca de 80 mil empresas, de micro a grandes, espalhadas por todo o Rio Grande do Sul. Isso faz da Federação uma das mais representativas instituições de livre associação do Brasil, vinculada à Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do país (CACB). Consciente dessa ampla representatividade, Costa conduz a Federasul com viés institucional e agregador, procurando dar voz uníssona aos anseios do setor produtivo gaúcho. Em seu discurso de posse, ele lembrou a longa história de 97 anos da entidade e a importância da sua democratização interna – ocorrida em 2017, quando a Federasul reformou seus estatutos para que cada entidade afiliada passasse a ter direito a um voto nas eleições da diretoria. Essa mudança ampliou a participação das bases e reforçou o caráter plural e democrático da instituição, algo que Costa valoriza profundamente. "Nossas entidades serão sempre trincheira de valores e princípios em defesa do projeto de integração de todas as filiadas no



estado, com participação democrática e grande mobilização em prol dos ideais, para que possam ser a voz dos que representam, transformando a realidade para melhor", afirmou o presidente, reiterando seu compromisso de honrar os valores fundamentais da Federasul e de atuar como guardião dos interesses de quem empreende e gera riqueza.

À frente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa tem pautado sua liderança por um estilo participativo e por uma agenda propositiva. Logo em seu primeiro ano de gestão, enfrentou um cenário econômico desafiador, marcado pela retomada pós-pandemia e por eventos climáticos adversos que atingiram o estado. Costa reagiu convocando a união das forças produtivas: enfatizou que somente com cooperação e convergência de esforços seria possível superar as dificuldades e delinear um futuro próspero. Em encontros com associados e autoridades, destacou que a sociedade gaúcha demonstrou, diante da tragédia das enchentes recentes, uma capacidade inédita de atuação conjunta – pessoas de diferentes correntes uniram-se para ajudar as comunidades afetadas, deixando de lado divisões ideológicas em prol do bem comum. Esse espírito solidário e pragmático foi para ele um indicativo de que "as pessoas estão querendo convergência no lugar dos conflitos", criando um ambiente fértil para semear boas ideias e projetos embasados em valores compartilhados. Sob sua liderança, a Federasul procurou canalizar essa energia de colaboração: mobilizou suas associações filiadas para auxiliar na recuperação das regiões atingidas e provou na prática a força do associativismo como agente de transformação social. Ao mesmo tempo, Costa salientou que o momento de reconstrução deve vir acompanhado de planejamento estratégico de longo prazo. Ele abriu, assim, um amplo debate interno de planejamento para os anos seguintes, buscando aprimorar estratégias e "uniformizar percepções" entre as lideranças empresariais do estado, "para depois agir em bloco numa única direção". Essa diretriz revela a intenção de alinhar todas as entidades federadas em torno de objetivos comuns claros – uma estratégia de atuação coordenada que dá ainda mais peso às reivindicações e propostas levadas pela Federasul aos poderes públicos.

No diálogo institucional, Rodrigo Sousa Costa mantém uma interlocução constante tanto com o setor público quanto com o setor privado. Sob seu comando, a Federasul intensificou o papel de ponte entre empresários e governantes, promovendo debates e apresentando sugestões para aprimorar o ambiente de negócios no Rio Grande do Sul. Eventos tradicionais da entidade, como o Tá na Mesa – almoços-palestra que reúnem lideranças políticas e empresariais – seguiram como espaço privilegiado para discutir temas econômicos e sociais de relevância, sempre com a presença ativa do presidente da Federasul conduzindo as discussões. Costa também tem assento em fóruns e conselhos estratégicos, levando as demandas dos empreendedores diretamente às esferas de decisão. Sua postura é institucional e propositiva: em vez de confronto, busca parcerias e entendimentos que beneficiem a coletividade. Um exemplo foi a atuação firme, porém técnica, da Federasul no debate tributário estadual. Costa recordou o longo embate travado para impedir aumento de impostos no Rio Grande do Sul – uma luta em defesa de um sistema tributário mais justo e menos oneroso ao setor produtivo. Essa mobilização, conduzida com argumentos embasados e diálogo junto à Assembleia Legislativa e ao Executivo, contribuiu para evitar que a carga tributária fosse ampliada em momento inoportuno, aliviando empresas e consumidores. Além disso, sob sua gestão, a Federasul reforçou pautas de incentivo à inovação e à desburocratização, alinhando-se a iniciativas nacionais de melhoria do ambiente de negócios, como a implementação da Lei da Liberdade Econômica. Internamente, Costa promoveu modernizações administrativas e estimulou a troca de melhores práticas entre as entidades afiliadas, visando aumentar a competitividade em todas as regiões.

Os resultados dessa liderança institucional positiva tornaram-se evidentes. Em novembro de 2024, Rodrigo Sousa Costa foi reeleito por aclamação pelos integrantes da Federasul para mais um mandato de dois anos à frente da entidade. A unanimidade da recondução reflete a confiança depositada pelas associações empresariais em seu trabalho e na continuidade de suas iniciativas. A nova diretoria empossada para o biênio 2025-2026, sob sua coordenação, trouxe uma renovação de 40% nos cargos e manteve um marco importante: mais de 30% de mulheres em posições de liderança, demonstrando o compromisso da Federasul com a diversidade e a inclusão nos seus qua-

FAMURS
É no município que tudo acontece.

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



CASAL FEDERASUL
A ex-presidente da entidade, Simone Leite, com o marido e atual presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, recebem o governador para mais um Tá na Mesa

dros diretivos. Durante a cerimônia de posse desse novo mandato, Costa ressaltou que os próximos anos seriam decisivos para planejar e definir o futuro econômico do Estado, reafirmando seu compromisso com a união e o fortalecimento do associativismo. Para ele, somente através da unidade das entidades e da parceria com outros órgãos e instituições será possível alavancar a competitividade gaúcha em um cenário global cada vez mais desafiador. Sob sua orientação, a Federasul continua atuando "sempre em defesa do empreendedorismo, da liberdade, de quem trabalha e produz" – palavras que resumem a essência da entidade e do próprio Costa, que se mostra, acima de tudo, um defensor incansável dos valores que movem a classe produtiva.

Com um perfil sereno e articulado, típico das lideranças institucionais de destaque, Rodrigo Sousa Costa imprime na Federasul uma gestão marcada pelo equilíbrio e pela visão de longo prazo. Em cada pronunciamento, transmite otimismo responsável: reconhece os obstáculos – da necessidade de reformas estruturais ao imperativo de qualificar mão de obra e reter talentos no estado – mas prefere enfatizar as potencialidades do Rio Grande do Sul e as conquistas já obtidas pelo setor empresarial. Costa costuma afirmar que é da capacidade produtiva que surgem as oportunidades de trabalho, renda e riqueza capazes de solucionar problemas sociais e ambientais. Sob sua liderança, a Federasul têm reforçado a ideia de que o desenvolvimento econômico e o bem-estar da sociedade caminham juntos, alimentados pela força do empreendedorismo. Essa abordagem integrada, aliando crescimento com responsabilidade social, consolida a imagem de Rodrigo Sousa Costa como um dirigente que não apenas celebra os feitos da classe produtiva, mas que também inspira novos rumos. Mantendo um diálogo aberto com governantes, apoiando iniciativas de inovação e valorizando o capital humano local, ele vai pavimentando caminhos para que a Federasul – prestes a completar um século de existência – continue sendo um agente transformador no futuro do Rio Grande do Sul. Em suma, o perfil de Rodrigo Sousa Costa se confunde com o próprio viés institucional positivo que ele imprime na Federasul: um líder comprometido, moderado no tom e firme em propósitos, cuja trajetória e atuação servem de exemplo e estímulo para toda a comunidade empresarial gaúcha. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

ENTREVISTA

CAROLINA PAAZ

Advogada, sócia-fundadora da Irion Advogados

Entrevista: Lucio Vaz

No Brasil, muitas famílias detêm propriedades empresariais. Tipicamente, a questão da herança é complexa e disputas familiares podem surgir, resultando no declínio de empresas estáveis.

Para evitar tais inconvenientes, é recomendável realizar um planejamento sucessório em vida, visando garantir e preservar a integridade da organização familiar, além de antecipar a forma como os bens serão transferidos para os sucessores. Dessa maneira, é possível minimizar o impacto dos altos impostos sobre a herança e o inventário, contribuindo para uma transição mais harmoniosa e menos onerosa para todos os envolvidos. Neste sentido, conversamos com a Carolina Paaz, especializada nesta esfera tão importante e delicada do Direito Familiar, que esclareceu dúvidas relevantes além de apontar as soluções específicas para cada caso. Confira a seguir

Como a holding familiar contribui para o planejamento sucessório?

Poucas pessoas refletem sobre a importância do planejamento sucessório, pois é difícil encarar a inevitabilidade da perda de um ente querido e pensar na divisão dos bens. Além do impacto emocional e da angústia que esses pensamentos provocam, há também os aspectos práticos da partilha de bens, que frequentemente causam conflitos familiares.

> “Dados do IBGE e do Sebrae, apresentados pela USP, indicam que 70% das sociedades familiares fecham as portas após o óbito do sócio-fundador devido a habilidades de planejamento e gestão jurídica inadequadas”

Dados do IBGE e do Sebrae, apresentados pela USP, indicam que 70% das sociedades familiares fecham as portas após o óbito do sócio-fundador devido a habilidades de planejamento e gestão jurídica inadequadas.

A sucessão envolve a transferência do patrimônio de uma pessoa falecida para os herdeiros, sejam eles legítimos, conforme previsto pela lei, ou testamentários, designados por meio de testamento. No entanto, é possível optar pelo planejamento patrimonial.

Caso o planejamento patrimonial não seja realizado e a sucessão, seja aberta, o inventário será o método obrigatório para transferir os bens do falecido aos herdeiros. Geralmente, o processo de inventário é bastante traumático para os herdeiros, que podem enfrentar vários ônus, como custas judiciais ou extrajudiciais, tributos, honorários advocatícios, despesas com cartórios, além do tempo despendido com todo o trâmite.

A holding familiar, independentemente do tamanho da empresa, é uma ferramenta essencial no planejamento sucessório, permitindo a profissionalização da transmissão patrimonial. Ao transferir os bens familiares para uma empresa, os membros da família tornam-se sócios da holding, o que facilita a divisão do patrimônio entre herdeiros e sucessores, garantindo uma transição suave e eficiente da gestão e propriedade dos negócios.

Quem tem móveis, imóveis e semoventes, mas não tem uma empresa constituída, pode fazer uma holding familiar? Se sim, qual a vantagem?

Sim, a constituição de uma holding familiar é extremamente vantajosa para qualquer família, independentemente do tamanho do patrimônio ou da existência prévia de uma empresa constituída. Holdings familiares desempenham um papel crucial no planejamento sucessório, evitando disputas entre os membros da família e proporcionando uma visão clara e consolidada do patrimônio. Elas previnem litígios prolongados em ações de inventário, que podem levar anos para serem resolvidos e frequentemente comprometem o próprio patrimônio.

Criadas com o objetivo de proteger os bens dos sócios, as holdings transferem o patrimônio para a empresa, da qual os herdeiros se tornam acionistas, em vez de realizar uma transmissão direta dos bens. Isso assegura uma gestão mais eficiente e estruturada do patrimônio, além de oferecer estabilidade e segurança financeira para as futuras gerações.

O patriarca ou a matriarca da família



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

ESPECIALISTA
Além de sócia do escritório Irion Advogados Associados, Carolina Paaz é mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, especialista em Direito Público e membro da Comissão de Direito Agrário e do Agronegócio (CEDAA) da OAB/RS

pode determinar que, até o seu falecimento, manterá controle total sobre o patrimônio, podendo dispor dos bens como desejar. Eles também podem especificar a distribuição das cotas entre os herdeiros tanto em vida quanto após a morte, entre muitas outras possibilidades de planejamento. Isso reforça a flexibilidade e a eficácia das holdings familiares como uma ferramenta essencial para a proteção e a gestão do patrimônio, independentemente do seu tamanho.

Quais são os impactos da Reforma Tributária na transmissão de bens?

Até 20 de dezembro de 2023, os estados brasileiros podiam adotar três formas de tributação sobre o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação): fixas, progressivas ou mistas. No entanto, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, a alíquota passou a ser progressiva, variando conforme o valor da herança, do legado ou da doação.

Nesse cenário, a constituição de uma holding familiar apresenta uma vantagem adicional, além das já mencionadas

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



BENEFÍCIOS DA ESTRUTURAÇÃO DE HOLDINGS FAMILIARES
Ao transferir os bens familiares para uma empresa, os membros da família tornam-se sócios da holding, o que facilita a divisão do patrimônio entre herdeiros e sucessores, garantindo uma transição suave e eficiente da gestão e propriedade dos negócios



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

PATRIMÔNIO BLINDADO
Segundo Carolina Paaz, a holding familiar é a melhor solução para proteger o patrimônio por gerações: "A criação de uma holding é uma estratégia vantajosa para qualquer família que deseja proteger e gerir seus bens de forma eficaz", pontua a advogada

anteriormente. A transferência de bens de uma pessoa física para uma holding transforma esses bens em cotas ou ações representativas, eliminando a obrigatoriedade de serem avaliados para fins de tributação pelo ITCMD com base no valor venal ou de mercado atribuído pelo fisco. Isso pode resultar em uma economia significativa, evitando a tributação direta sobre o valor total dos bens transferidos.

Pelo que a Dra. está nos dizendo, não há motivo para uma família que possua bens, independentemente do valor, não constituir uma holding, certo?

Exatamente. Resumindo tudo o que discutimos, a constituição de uma holding familiar só traz vantagens, entre elas:

Tributação Progressiva
Com a nova alíquota do ITCMD aumentando conforme o valor dos bens transferidos, a carga tributária pode ser maior para grandes patrimônios.

Economia Tributária com Holdings
Transferir bens para uma holding pode reduzir a base de cálculo do ITCMD, já que os bens não são avaliados pelo valor de mercado.

Planejamento Sucessório
Holding familiar facilita o planejamento sucessório, protege o patrimônio e evita litígios prolongados em inventário.

Estabilidade e Segurança
As holdings proporcionam uma gestão mais eficiente e estruturada do patrimônio, garantindo estabilidade e segurança financeira para as futuras gerações.

Portanto, a criação de uma holding é uma estratégia vantajosa para qualquer família que deseja proteger e gerir seus bens de forma eficaz.

LATITUD VIAGENS



Passagens Aéreas
Viagens Corporativas
Pacotes de Viagens
Roteiros Personalizados
Locação de Veículos
Seguro Viagem
Assessoria Passaporte & Vistos
E muito mais.



@LATITUDVIAGENS

+55 51 98173 1307

www.latitudviagens.com.br

comercial@latitudviagens.com.br

ACERVO/PROGRESSISTAS



CAPA PERFIL EM EVIDÊNCIA

PEDRO WESTPHALEN DEPUTADO FEDERAL

Do interior gaúcho ao centro das decisões nacionais, a jornada pública de um deputado atuante

Lucio vaz

Com raízes em Cruz Alta e atuação que atravessa décadas, o médico e parlamentar Pedro Westphalen construiu uma carreira marcada pela defesa da saúde pública, pelo fortalecimento dos municípios e pelo compromisso com soluções que impactam diretamente a vida da população brasileira, dentro e fora do Congresso

Pedro Bandarra Westphalen, nascido em 19 de dezembro de 1950 em Cruz Alta, é médico ginecologista, obstetra e político brasileiro filiado ao partido Progressistas (PP). Atualmente, exerce o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, contribuindo ativamente nos debates legislativos nacionais. Com uma trajetória pública de várias décadas, Westphalen consolidou uma imagem de líder técnico e institucional, notabilizando-se por sua atuação nas áreas da saúde, da gestão pública e do desenvolvimento regional.

ACERVO/PROGRESSISTAS



MUNICIPALISTA

A atuação de Westphalen no Congresso também se destacou em agendas de fortalecimento dos municípios e apoio ao setor produtivo. Ele presidiu a comissão especial responsável pela análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 391/2017, que resultou em um acréscimo de 1% no repasse anual da União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essa medida, após promulgada, representará mais de R$ 4 bilhões adicionais aos municípios do Rio Grande do Sul ao longo de dez anos, ampliando a capacidade de investimento local em áreas como saúde e educação

Médico de formação, Westphalen teve participação destacada em entidades de classe da área da saúde desde o início da carreira. Foi um dos idealizadores e fundadores do Sistema Sindical de Hospitais do Rio Grande do Sul nos anos 1990, bem como da Confederação Nacional de Saúde (CNS), organismos que visam fortalecer a representação do setor hospitalar. Essa atuação como líder classista e conhecedor do sistema de saúde serviu de alicerce para sua entrada na vida pública, levando sua expertise técnica para a administração e para a política.



Iniciando a carreira político-parlamentar no Legislativo estadual, Pedro Westphalen exerceu quatro mandatos consecutivos como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS). Durante sua longa permanência no Parlamento gaúcho, ocupou posições de destaque, entre elas a presidência da Assembleia em 2013. Paralelamente, marcou seus mandatos na ALRS pela forte atuação nas comissões técnicas, aprofundando o debate de políticas públicas no âmbito estadual. Nessa fase como presidente da AL, implementou medidas pioneiras de transparência, tornando públicos todos os dados funcionais e financeiros de parlamentares e servidores no portal da instituição, além de extinguir benefícios como o 14º e o 15º salários que eram pagos aos deputados estaduais.

Com uma trajetória pública de várias décadas, Westphalen consolidou uma imagem de líder técnico e institucional, notabilizando-se por sua atuação nas áreas da saúde, da gestão pública e do desenvolvimento regional

A experiência acumulada no Legislativo levou Westphalen a integrar também o Poder Executivo estadual, onde assumiu duas secretarias de Estado em diferentes gestões. Foi secretário da Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e, posteriormente, nomeado secretário dos Transportes e Mobilidade no Governo José Ivo Sartori (2015–2018). À frente da pasta de Transportes, dedicou-se a aprimorar a infraestrutura logística do estado, com foco na integração entre modais de transporte, por meio de ações de planejamento e execução de obras estratégicas. Uma das realizações de destaque nesse período foi a completa revitalização da rodovia ERS-142, ligação entre Carazinho e Não-Me-Toque, cuja reforma aguardada por décadas finalmente melhorou as condições de tráfego na região.

No cenário federal, Pedro Westphalen elegeu-se deputado em 2018, passando a representar o Rio Grande do Sul na Câmara Federal. Em 2022, obteve a reeleição com 114.258 votos,

ACERVO/PROGRESSISTAS



SAÚDE EM PRIMEIRO LUGAR

Já no início do segundo mandato federal (2023-2027), o parlamentar retomou iniciativas para aprimorar o sistema de saúde brasileiro. Foi idealizador e assumiu a presidência da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços de Saúde, lançada em 2023 com a participação de dezenas de deputados e senadores engajados em fortalecer as políticas públicas de saúde. Nesse mesmo ano, atuou como relator do projeto de lei que institui o reajuste anual da tabela de procedimentos do SUS, uma demanda histórica do setor, tendo o projeto sido aprovado na Câmara dos Deputados em agosto de 2023. Essas ações reafirmam o compromisso de Westphalen em buscar avanços estruturais no financiamento e na qualidade dos serviços de saúde ofertados à população

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

tornando-se o candidato a deputado federal mais votado do Progressistas em seu estado, naquele pleito. Esse desempenho expressivo confirmou a ampliação de sua base de apoio a cada eleição disputada, refletindo o reconhecimento de seu trabalho por parte do eleitorado gaúcho. Na Câmara, o parlamentar também exerceu funções de liderança, tendo sido designado vice-líder de seu partido e de blocos parlamentares pluripartidários em diferentes ocasiões, o que demonstra a confiança dos colegas em sua capacidade de articulação política. Também integrou diversas comissões permanentes da Câmara, atuando como membro titular da Comissão de Saúde e suplente em colegiados como Viação e Transportes, Finanças e Tributação, e Agricultura e Pecuária, o que reflete a amplitude de temas sob sua responsabilidade.

Durante o primeiro mandato na Câmara (2019–2022), Westphalen concentrou esforços especialmente em pautas de saúde e no combate à pandemia de Covid-19. Foi relator da Medida Provisória 1.026/2021, conhecida como "MP da Vacina", que facilitou a compra de vacinas contra a Covid-19 e acelerou a campanha nacional de imunização. Também atuou pela aprovação da Lei 13.992/2020, que garantiu o repasse integral dos recursos contratados do Sistema Único de Saúde (SUS) a hospitais e entidades conveniadas (como as APAEs) durante o período de calamidade pública, permitindo que essas instituições mantivessem o atendimento em meio à crise sanitária. Além disso, o deputado destinou mais de R$ 180 milhões em emendas parlamentares ao orçamento da União para apoiar iniciativas nas comunidades gaúchas, reforçando investimentos sobretudo em saúde e desenvolvimento regional. Paralelamente, integrou diversas frentes parlamentares de saúde – como as dedicadas à imunização, às doenças raras e às doenças pulmonares graves – participando de articulações para aprimorar as políticas de cuidado à população.

A atuação de Westphalen no Congresso também se destacou em agendas de fortalecimento dos municípios e apoio ao setor produtivo. Ele presidiu a comissão especial responsável pela análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 391/2017, que resultou em um acréscimo de 1% no repasse anual da União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essa medida, após promulgada, representará mais de R$ 4 bilhões adicionais aos municípios do Rio Grande do Sul ao longo de dez anos, ampliando a capacidade de investimento local em áreas como saúde e educação. No âmbito do agronegócio, Westphalen intermediou junto ao governo federal a liberação de crédito emergencial de R$ 2,57 bilhões para produtores rurais afetados por estiagens, além de contribuir para a formulação de políticas agrícolas que elevaram em 36% os recursos do Plano Safra 2022/2023, totalizando R$ 341 bilhões em apoio à produção agropecuária nacional. Pelo conjunto de ações em prol do agro e dos interesses regionais, ele recebeu o Troféu Semente de Ouro 2023 – honraria concedida durante a feira Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque – em reconhecimento ao seu apoio ao desenvolvimento do agronegócio gaúcho.

Fora dos grandes centros, Westphalen nunca perdeu a conexão com sua base eleitoral no interior gaúcho. No Noroeste do estado e região do Alto Jacuí, o deputado viabilizou importantes investimentos em infraestrutura e atendimentos básicos, destinando recursos para a pavimentação de rodovias regionais (como os acessos entre Fortaleza dos Valos, Cruz Alta, Santa Bárbara do Sul, Ibirubá, Não-Me-Toque e Colorado) e para entidades sociais e de saúde, incluindo hospitais beneficentes, lares de idosos e APAEs locais. Essa postura municipalista demonstra a crença de Westphalen de que o desenvolvimento começa nas comunidades, por meio de melhorias diretas na qualidade de vida da população.

Já no início do segundo mandato federal (2023–2027), o parlamentar retomou iniciativas para aprimorar o sistema de saúde brasileiro. Foi idealizador e assumiu a presidência da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços de Saúde, lançada em 2023 com a participação de dezenas de deputados e senadores engajados em fortalecer as políticas públicas de saúde. Nesse mesmo ano, atuou como relator do projeto de lei que institui o reajuste anual da tabela de procedimentos do SUS, uma demanda histórica do setor, tendo o projeto sido aprovado na Câmara dos Deputados em agosto de 2023. Essas ações reafirmam o compromisso de Westphalen em buscar avanços estruturais no financiamento e na qualidade dos serviços de saúde ofertados à população.

Durante o primeiro mandato na Câmara (2019–2022), Westphalen concentrou esforços especialmente em pautas de saúde e no combate à pandemia de Covid-19

Em 2025, Pedro Westphalen foi eleito 1º vice-presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, passando a integrar a mesa diretora desse colegiado técnico-legislativo. Nessa posição, continua a influenciar positivamente as discussões sobre políticas públicas de saúde em âmbito nacional. Em paralelo, o deputado registra alta assiduidade no exercício do mandato, comparecendo à esmagadora maioria das sessões plenárias e reuniões das comissões parlamentares. Ao longo de sua trajetória, o parlamentar mantém um perfil discreto, institucional e voltado a resultados, evitando envolvimento em controvérsias e priorizando um discurso propositivo. Com uma atuação ética e orientada pelo interesse público, Pedro Westphalen vem consolidando sua imagem como um representante comprometido com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil de forma responsável e apartidária. ■

A FAMÍLIA CONZATTI E O CRISTO PROTETOR

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



GILSON CONZATTI
Presidente da União dos Vereadores do Brasil
e Vereador em Iraí

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Estar aos pés do Cristo Protetor, em Encantado, é uma experiência que me enche de emoção e orgulho. No dia da inauguração oficial do complexo, diante da estátua majestosa de braços abertos, senti a presença do meu pai, Adroaldo Conzatti, ali comigo. Naquela ocasião, vesti uma camisa vermelha de seda que era dele – minha forma de tê-lo simbolicamente ao lado enquanto descerrávamos a placa em sua homenagem como idealizador do Cristo Protetor. Ao lado de meus irmãos, Luiz Henrique e Rogério, e de minha mãe, Elani Conzatti, compartilhei com a comunidade uma emoção única de alegria e saudade. Celebrávamos não apenas a realização de um grande projeto, mas também a memória de quem primeiro o sonhou.

Meu pai foi prefeito de Encantado em diferentes períodos e dedicou boa parte de sua vida à nossa cidade. Ele sempre acreditou no potencial de Encantado e tinha uma visão à frente de seu tempo. Em 2016, ao reassumir a prefeitura, decidiu abraçar uma ideia audaciosa: erguer no Morro das Antenas uma imagem de Cristo maior até que a do Rio de Janeiro. Muitos duvidaram – chamaram-no de "louco" por sonhar tão alto –, mas ele não se deixou abater. Convicto de que o monumento seria um símbolo de fé para o povo e um vetor de progresso para a região, fez questão de que a obra nascesse da união da comunidade, sem recursos públicos, fruto da mobilização popular de Encantado.

Em março de 2019, meu pai reuniu lideranças locais e amigos para fundar a Associação Amigos de Cristo (AACE) e dar início oficial ao projeto do Cristo Protetor. Famílias da comunidade doaram o terreno no alto do morro, e iniciou-se uma campanha exemplar para arrecadar doações e apoio. Meu pai acompanhou tudo de perto com entusiasmo contagiante, desde o começo até superar os desafios de engenharia e logística. Orgulhava-se de cada contribuição recebida e de cada voluntário que se juntava à causa – prova de que, quando o povo de Encantado se une, coisas grandiosas acontecem.

Infelizmente, em março de 2021, aos 81 anos, meu pai nos deixou antes de ver o Cristo Protetor erguido. Encantado perdeu seu maior líder, e nós perdemos um pai amoroso e inspirador. Foi um momento de dor profunda para nossa família e para a comunidade, que lamentou a perda de Adroaldo Conzatti. Ao mesmo tempo, uma onda de solidariedade e determinação tomou conta de todos, e logo ficou claro que era preciso concluir a obra em respeito à sua memória. Minha mãe, sua companheira fiel, buscou forças no legado que ele deixou. Nós, filhos, seguimos unidos, certos de que honrar esse sonho seria a melhor forma de agradecer por tudo que ele fez por Encantado.

Em abril de 2022, a estátua do Cristo Protetor ficou pronta, com 43,5 metros de altura – a maior estátua de Cristo do Brasil, ultrapassando o Redentor em tamanho. Desde então, mais de 300 mil pessoas já visitaram o local para contemplar essa obra de fé e devoção. O que antes parecia um sonho distante hoje é realidade concreta, atraindo fiéis e turistas maravilhados diante do Cristo Protetor.

Em 06 de abril de 2025, inauguramos oficialmente o Complexo do Cristo Protetor com uma missa campal que reuniu o governador Eduardo Leite, o vice-governador Gabriel Souza e o cardeal Dom Jaime Spengler – que transmitiu a mensagem do Papa Francisco – diante de milhares de pessoas aos pés do monumento, confirmando que o sonho do meu pai já se tornou força viva de desenvolvimento regional.

Hoje, o complexo conta com estrutura completa para acolher visitantes – capela de vidro, mirante panorâmico, trilhas na mata e serviços de apoio –, tudo graças à contribuição da comunidade que acreditou no projeto. Além de fortalecer a fé, o Cristo Protetor impulsiona a economia local. Encantado transformou-se em um polo de turismo religioso, e o comércio – hotéis, restaurantes, lojas – já sente os benefícios do aumento no fluxo de visitantes.

> "Convicto de que o monumento seria um símbolo de fé para o povo e um vetor de progresso para a região, fez questão de que a obra nascesse da união da comunidade, sem recursos públicos, fruto da mobilização popular de Encantado"

Quando olho para o Cristo Protetor, não vejo apenas uma estátua imponente de concreto e aço: vejo o legado do meu pai refletido em cada traço. Vejo a fé inabalável de um homem que amava sua terra e confiava no seu povo. Vejo a união de milhares de pessoas em torno de um ideal comum. E vejo a semente do progresso, pois cada visitante que chega movimenta a cidade e leva o nome de Encantado consigo. Meu pai dizia que as obras passam, mas as ideias e os exemplos ficam. O Cristo Protetor, fruto do sonho dele e do esforço coletivo da comunidade, é a prova viva dessa verdade.

Encantado agora tem um novo símbolo, que inspira moradores e visitantes. Ao ver o sol se pôr atrás da estátua, imagino meu pai ali, sorrindo, orgulhoso do que sua gente realizou. A memória de Adroaldo Conzatti permanece viva naquela colina, e seu legado está assegurado: o Cristo Protetor ergue-se como um símbolo eterno de fé, união e desenvolvimento para a nossa região.


ESCOREL
CONTABILIDADE
Há mais de
50 ANOS
Trazendo soluções contábeis para
empresas e alavancando negócios.
Entre em
contato
conosco.
MITRA
inteligência contábil



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

EM EVIDÊNCIA NA TV

PATRÍCIA ALBA

Deputada Estadual, presidente da Comissão de Educação na Assembleia Legislativa

Entrevista: Patrícia Cruz e Cláudio Andrade
Edição: Patrícia Cruz

Para muitos historiadores, a Educação é a pauta mais revolucionária e valiosa que existe. Recentemente, o programa Em Evidência na TV (domingos, das 17h30 às 19h, na Masper TV e também no @revistaemevidencia no YouTube) recebeu uma especialista no tema, a deputada estadual Patrícia Alba, que é presidente da Comissão de Educação da nossa querida Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS).

Confira a seguir, alguns trechos desta entrevista sobre a progressão parcial na rede pública de ensino, a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as principais demandas da Educação no nosso estado

Como funciona o trabalho da Comissão de Educação, que a senhora preside na Assembleia Legislativa?

Eu estou presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa durante esse ano. Essa Comissão tem muito trabalho, porque passam por ela todos os projetos que têm vínculo com a Educação. Nós definimos um relator, que faz o seu parecer. O projeto passa por uma votação dentro da Comissão e, posteriormente, pode ser votado no Plenário da Casa. Na Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia passam projetos de votação conclusiva. Claro, que a Educação acaba sendo um pouco mais abrangente que os demais, mas todos esses outros são tratados dentro da nossa Comissão. Também, temos inúmeras proposições de audiências públicas sobre diversos temas, para tentarmos solucionar alguns desafios. Nós somos a mediação entre o Município, o Estado e o cidadão, pois o Parlamento é o lugar do debate.



Qual a sua opinião sobre a progressão parcial dos alunos na rede pública do Estado?

Esse foi um debate grande com o Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Educação, porque, no final do ano, teve um decreto feito pela secretária dando indicações de como as escolas deveriam agir no caso de alunos que fossem reprovados nas matérias. Na verdade, nós estamos tratando daquilo que chamamos de dependência. O aluno passa de ano e não reprova, mas fica

com aquela matéria pendente. Hoje, a Educação tem uma outra estrutura. Ela é dividida em quatro temáticas e dentro delas, nós temos várias matérias. Então, o decreto estadual diz que pode fazer a progressão, o aluno que repetir em até quatro matérias, dividido em duas dessas temáticas macro. A pessoa pode reprovar em ciências e física, mas não pode rodar também em biologia. Essa decisão tem um pouco a ver com os números de aprovação que o governo precisa. Nós tivemos a oportunidade de conversar com a secretária Raquel Teixeira e com a equipe dela. A estratégia da Secretaria de Educação é evitar a evasão escolar, que é muito maior daqueles que repetem. E isso, nós vemos que na prática acontece. Então, o objetivo é que o aluno aprenda. A reprovação significa que ele não atingiu os objetivos, mas ao mesmo tempo, o professor também não conseguiu passar aquela informação que deveria. A ideia é justamente que neste período de progressão, o professor passe esse conteúdo de uma forma que o aluno consiga entender. Então, a progressão tem este viés. A ALRS vai fiscalizar, para que de fato as crianças aprendam, porque não basta dizer que vai ter a progressão e que tudo é mil maravilhas, pois não é assim que funciona. Nós sabemos que em várias escolas possuem falta de infraestrutura e de equipamentos adequados, para que o professor ensine e a criança aprenda.

Como garantir a inclusão dos alunos



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

com TEA na rede pública de ensino?

A falta de legislação não é o nosso problema. Existe uma atenção muito especial para a inclusão. Eu sou uma pessoa sempre muito otimista e acredito que, na grande maioria das vezes, se tem a intenção e a boa vontade de que as coisas aconteçam da melhor forma. Na prática, temos bastante dificuldade ainda, especialmente, nas escolas estaduais. Possuímos um diferencial nas escolas municipais, que no geral estão mais adaptadas para receber alunos atípicos, com TEA ou Síndrome de Down. O governo do Estado vem com um déficit na Educação há muito tempo. Hoje, por exemplo, nós temos uma lei que determina que devemos ter um agente, que todo mundo conhece como monitor. Ele auxilia o professor e o aluno, dando um suporte que é necessário para as escolas que possuem alunos com TEA. Porém, não temos isso em todas as escolas, porque hoje existe um número muito grande de autistas. Segundo os estudos, o número é de uma criança com autismo, para cada 36 crianças nascidas. Antes, era uma a cada 10.000. Então, certamente em cada sala de aula, nós vamos ter uma criança com o Transtorno do Espectro Autista. Isso é muito natural e precisamos saber lidar. Nós não temos esse agente educacional em todas as escolas, mas também não estamos formando professores que sejam capacitados para esse acolhimento. Existem várias associações de pais e amigos, que pela necessidade se reúnem e elas acabam fazendo um trabalho fantástico, acolhendo esses alunos e os pais também. Na Assembleia, procuramos sempre dar uma atenção muito especial para essas associações, porque elas acabam fazendo uma parte que era do governo e, muitas vezes, não têm sequer um apoio do poder público. As associações preparam essa criança para a vida e para ela ser independente. Eu acredito, que temos que trabalhar muito mais, para dar uma vida digna a essas crianças, porque elas têm condições e merecem uma ajuda.

Que investimento Gravataí receberá na área da Educação?

A escola de ensino fundamental mais moderna de Gravataí fica no loteamento Breno Garcia, com 2.025 casas, que foram destinadas às pessoas que moravam em locais de risco ou que não tinham residência e estavam cadastradas, para receberem um lugar para morar. Então, são 2.025 famílias, que vivem com dignidade nesse local. Construímos também três creches, um posto de saúde, um posto do CRAS e um posto avançado da Guarda Municipal. Porém, ele precisa de uma escola de ensino médio e isso é obrigação do governo do Estado. Então, na época, nós fizemos um convênio com o governo, para que ele fizesse essa obra. Infelizmente, ela não foi feita. Quando me tornei deputada, uma das minhas pautas especiais foi a construção dessa escola. Então, eu estive conversando com o vice-governador Gabriel Souza e, na mesma hora, ele chamou a secretária de Educação. E o governo do Estado se propôs a fazer esse investimento. Ela será uma escola de ensino médio e técnico, para mais de 1.000 alunos, custando 45 milhões de reais. A escola já está em fase de licitação. Para mim, a Educação é o norte. Quem trabalha no poder público tem que reduzir as desigualdades, para que as pessoas possam ter uma melhor condição de vida. Nós reduzimos a desigualdade na Educação, porque se tu tiveres uma base boa, depois tudo flui, com uma profissão melhor e um emprego que te dê um salário digno.

Recentemente, uma professora em Caxias do Sul foi atacada a faca por dois alunos. Como combater a violência contra os educadores?

Em Gravataí, uma professora foi atacada por um aluno também. Eu acredito que temos uma grande diferença com os Estados Unidos, que possui uma cultura terrível do aluno entrar armado para cometer algum atentado. O que eu vejo, na Educação do Brasil, é a falta de respeito. Na sala de aula, o professor é a autoridade e temos que respeitar. Nós vivemos uma crise de autoridade também. Tudo isso vai levando a essas situações que são mais drásticas, porque se tu vais minimizando algumas situações, podemos chegar nesse tipo de problema. O que é inadmissível, seja contra o professor ou o colega. Na sala de aula é o lugar para aprender. Claro, que a educação vem de casa, mas na escola também aprendemos. Agora, o professor está sobrecarregado, porque ele tem que fazer o papel de pai, mãe, docente, psicólogo e de tudo.

No que consiste o Plano Nacional de Educação (PNE) que está sendo debatido pelo Congresso Nacional?

O Plano Nacional de Educação estabelece metas para toda a estrutura educacional em dez anos. Nós encerramos um plano decenal, no ano retrasado. Ele deveria estar pronto em 2024, mas acabou sendo prorrogado. Agora, o Congresso recebeu do governo federal um plano inicial, que vem do Ministério da Educação, que certamente irá para os debates. Os parlamentares, que representam a população, devem fazer parte deste plano, porque ele estabelece metas e planejamento para os próximos dez anos em várias áreas, que os parlamentares e o governo entendem que sejam importantes, como, por exemplo: a redução do analfabetismo, a inclusão dos alunos, as pautas antirracistas e antissexistas. Então, esse plano prepara as bases, para que tanto os governos estaduais, quanto os municipais, preparem também o seu planejamento. A ideia é que, no próximo ano, o governo do Estado, junto com a Assembleia e com a Comissão, façam o nosso planejamento para os próximos dez anos, ou seja, o Plano Estadual de Educação. Hoje, vivemos num momento em que temos um déficit do ensino técnico. Ao longo do tempo, nós fomos reduzindo o ensino técnico e aumentando o superior. Só que muitas vezes, o aluno chega na faculdade com um problema no ensino fundamental e médio. A Educação não está ensinando os alunos, para as profissões atuais e do futuro. A nossa escola é a mesma, que era lá no século XIX. E, isso é um problema muito sério, fica difícil para



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

o aluno, porque ele tem muitas outras opções fora e na aula é maçante. Outra coisa muito cruel é que o aluno sai da escola e fica desnorteado. Ele não sabe nem ir a um banco, abrir uma conta. Os alunos não são preparados para o dia a dia, não têm uma orientação. Pode parecer saudosismo, mas antes tínhamos técnicas agrícolas, domésticas, industriais e comerciais. Havia um norte. Hoje, as crianças saem ainda do ensino sem essa formação. Então, isso é uma grande dificuldade e tem que ficar estabelecido neste Plano Nacional de Educação, o que nós queremos na Educação para os próximos dez anos.

Para finalizar, como está a questão da duplicação dos 16 quilômetros restantes da ERS-118, que compreendem o trecho entre a alça da Freeway (BR-290), em Gravataí, até o entroncamento com a ERS-040, em Viamão?

Eu acho que há quase 30 anos, a ERS-118 está sendo duplicada. Ela é uma rodovia essencial para o estado, mesmo para quem mora distante, porque é onde que transita a maior parte da população do Rio Grande do Sul, ou seja, a economia do estado passa pela ERS-118. Nós tivemos durante todo esse tempo uma duplicação dela, que veio sendo feita pelo governo do Estado, com recursos próprios, com todos os seus trâmites e suas burocracias. De Gravataí até a RS-040, que passa por Alvorada e Viamão, ainda é uma pista única. O governo do

FAMURS
É no município que tudo acontece.

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



> “A Assembleia Legislativa vai fiscalizar, para que de fato as crianças aprendam, porque não basta dizer que vai ter a progressão e que tudo é mil maravilhas, pois não é assim que funciona. Nós sabemos que em várias escolas possuem falta de infraestrutura e de equipamentos adequados, para que o professor ensine e a criança aprenda”

Estado, já no início do primeiro mandato, indicou que queria fazer uma concessão da rodovia da ERS-118. Ele passa anos gastando recursos, que nós vamos pagar por muito tempo ainda, para depois fazer uma concessão dessa rodovia, isso não seria adequado. O governo trouxe a informação de que para fazer a manutenção precisa ter uma concessão, mas se em dez ou 20 anos aquele asfalto não durar, então alguma coisa está errada. O governo estadual disse que faria o pedágio, para duplicar o trecho, mas seria um pedágio justamente na cidade. Além de ser um pedágio interno, que passa por dentro de Viamão e Alvorada, que são um dos municípios mais empobrecidos do Rio Grande do Sul. O pedágio afasta empreendedores e prejudica a economia. Esse pedágio urbano não existe em nenhum lugar do mundo, porque são em rodovias com um trânsito pendular, ou seja, a pessoa vai trabalhar e volta, ela passa ali várias vezes por dia. Então, não é admissível. Nós buscamos junto aos deputados federais emendas para fazer essa obra, mas felizmente o governador Eduardo Leite colocou a “pá de cal” em cima da história do pedágio da ERS-118. Inclusive, vai haver a concessão sem pedágio e a duplicação, com recursos do Funrigs, que é o fundo criado depois da enchente. É uma grande conquista dessa parceria entre o poder público, a Assembleia, os políticos e a sociedade civil organizada. O Movimento ERS-118 Sem Pedágio foi super forte e conseguimos alcançar nossos objetivos.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



ACERVO CISVALE

EM EVIDÊNCIA NA TV

GILSON BECKER

PRESIDENTE DO CISVALE E PREFEITO DE VERA CRUZ

Entrevista: Willian Cardoso
Edição: Patrícia Cruz
Fotos: Acervo Cisvale e
Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

O programa Em Evidência na TV (domingos, das 17h30 às 19h, na Masper TV e também no @revistaemevidencia no YouTube) conversou com o prefeito reeleito de Vera Cruz, presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo (Cisvale) e vice-presidente da Associação Gaúcha de Consórcios Públicos (AGCONP), Gilson Becker, na Fenachim deste ano.

Confira a seguir, alguns trechos desta entrevista sobre o papel dos consórcios, os principais gargalos na saúde e os desafios para o desenvolvimento econômico dos municípios

Como funciona a parceria entre os municípios, as associações e os consórcios para as melhorias sociais?

As associações ou consórcios são organizações, onde os municípios encontram alternativas para as suas dificuldades de uma forma coletiva. O Cisvale é um consórcio que reúne 17 municípios da Região do Vale do Rio Pardo e também Carbonífera, que tem a sua origem na saúde, com trabalhos prestados na área de especialidades médicas, exames e procedimentos. Também na sua essência, existe o trabalho voltado ao meio ambiente, com técnicos cadastrados e empresas, aos quais os municípios podem contratar para realizar ações voltadas ao setor de resíduos sólidos, por exemplo. Esse trabalho tem sido realizado de uma forma ainda mais intensa, por causa das enchentes criamos um Comitê Pró-Clima regional, com a organização da Câmara Setorial do Meio Ambiente, que reúne todos os técnicos dos municípios que compõem o Consórcio, para junto com as entidades e as universidades elaborar projetos e ações, visando o enfrentamento deste período de 2024. Então, foi realizada toda uma organização num primeiro momento de mobilização, apoio e assistência. Foi criado um Pix solidário, que recebeu o repasse de mais de R$ 1.300.000, sendo dividido com os municípios para aquele suporte inicial, pois houve o trâmite burocrático de recursos estaduais ou federais. Aconteceu, também, uma parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul (CREA-RS), resultando no trabalho voluntário dos técnicos e engenheiros, principalmente, na elaboração dos laudos das residências atingidas. Posteriormente, nós realizamos um trabalho com projetos para captação de recursos, visando ações para serem desenvolvidas nos 17 municípios que compõem o Consórcio.

Que trabalho o Cisvale realiza na área da saúde?

Com relação à saúde, segue como a essência do Consórcio, a sua origem e o seu trabalho principal, com uma ampla gama de serviços sendo oferecidos e, ao mesmo tempo, buscando aproximar da organização as especialidades, as referências e o controle por parte do Gercon, que é a central de regulação do Estado. Os consórcios fazem esse trabalho de aproximar os serviços dos municípios, para buscar um encaminhamento de uma cirurgia mais complexa, realizar um exame, fazer um procedimento e que possa estar atualizando nesta fila do Gercon.

Qual o papel do consórcio para auxiliar na questão das filas de espera na saúde e na superlotação dos hospitais?

A saúde vem com esta questão das filas e da demora no atendimento já de um longo período, principalmente, nas questões dos repasses. Uma delas é a defasagem da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), que ficou quase 20 anos sem reajuste e reposição. Ela se defasou muito e isso faz com que sejam necessárias as complementações, para conseguir prestar o atendimento. Então, somado a essa defasagem tem a questão do repasse federal para a saúde. O percentual obrigatório por lei é menor do que deveria ocorrer. E, o repasse estadual também acaba sendo menor do que estava previsto. Se contabilizam várias questões, para chegar nos 12% da legislação do Estado, sobrecarregando os municípios. Hoje, eu tenho como exemplo o meu município de Vera Cruz, que investe 29% do orçamento em saúde, legalmente deveria estar investindo 15%, é praticamente o dobro. Tem municípios que passam de 30%. Os consórcios também auxiliam nesse sentido de buscar alternativas, como os recursos de emendas parlamentares, mutirões de procedimentos e de exames, que vão auxiliar a diminuir a fila de espera e fazer com que menos pessoas procurem os hospitais de referência, como acontece, principalmente, na Região Metropolitana. O tempo de algumas cirurgias de Traumatologia, por exemplo, ultrapassam os dez anos em média de espera para uma cirurgia. É muito tempo. A Cisvale junto com a AGCONP, onde sou vice-presidente, buscam incentivar e fazer com que o Estado amplie as parcerias e os convênios com os consórcios. Isso vem em tratativas agora bem acentuadas nas últimas semanas. Tem um aceno por parte da Secretaria Estadual de Saúde para estar ampliando isso, com o repasse de recursos e, principalmente, as contratações por intermédio dos consórcios para atender os municípios, buscando auxiliar na diminuição da fila. Então, isso é fundamental. São várias frentes que estão sendo trabalhadas ao mesmo tempo, como a possibilidade de municípios na nossa região por intermédio do consórcio buscarem



DIFERENCIADO
O prefeito Gilson Adriano Becker é reconhecido por sua postura incansável e prestativa, sempre atento às necessidades da comunidade local, tal comportamento é apontado com base numa gestão que atende de forma equânime as demandas da população

alternativas de recursos, para realizar mutirões de cirurgias de média e alta complexidade, que hoje existe a exigência de serem realizadas unicamente pela central de regulação do Estado, o Gercon. Então, são vários trabalhos em andamento, que precisam andar em conjunto, para conseguir enfrentar a questão das filas de espera de muito tempo e dos hospitais superlotados. Todas as frentes precisam trabalhar unidas, para que essa análise de alternativas seja viabilizada.

Quais são os principais desafios para o desenvolvimento econômico dos municípios?

O desenvolvimento econômico e o crescimento populacional trazem esses desafios aos municípios. Hoje, tem uma movimentação dentro do estado, onde está ocorrendo a migração de Oeste em direção a Leste, na Região Metropolitana, Serra e Vales. Nós temos, por exemplo, Vera Cruz, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, que são municípios onde está havendo esse crescimento e desenvolvimento. Com isso, vem o desafio para as gestões de preparar a infraestrutura, seja em serviços de saúde, educação, habitação e saneamento básico, enfim, a estruturação da cidade como um todo. No meu município, em Vera Cruz, conseguimos zerar a fila nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) durante o ano passado e zeramos novamente esse ano. Estamos fazendo inclusive investimentos para a construção e habilitação de EMEIS no interior, com duas já em funcionamento e uma terceira para entrar na sequência, para atendermos a todo o território do município. Além disso, estamos ampliando as estruturas de saúde. A falta da mão de obra também vem ocorrendo em Vera Cruz, com a instalação de novas empresas e a ampliação de negócios das empresas existentes no município. Há semanas, nós tivemos a oportunidade com 500 vagas disponíveis no Sine, mas poucas pessoas procuraram. Na Região do Vale do Rio Pardo existe o período temporário da safra na questão do tabaco. E isso envolve um número maior de pessoas a serem contratadas, tem uma demanda grande por mão de obra, mas é um trabalho em conjunto. O governo do Estado está desenvolvendo um convênio com os municípios, com vários cursos profissionalizantes, para oportunizar a capacitação da mão de obra e atender as necessidades das empresas. Tudo em consonância com a questão da habitação, necessitamos dos programas habitacionais e os lotes residenciais mais acessíveis, porque hoje existe uma dificuldade nos financiamentos habitacionais. Nós esperamos que isso agora deva ser retomado com um pouco mais de intensidade, falando a nível de governo federal. São várias ações que precisamos trabalhar em conjunto, somado a isso tem essa movimentação, relacionada a questão das enchentes 2024, que provo-





cou um processo migratório bastante intenso e acabou trazendo um desafio adicional aos municípios que estão recebendo. É preciso termos esse planejamento, porque você não consegue fazer algo da noite para o dia, por isso, temos que projetar este crescimento, desenvolvendo obras estruturantes e fazendo investimentos necessários para que o município esteja preparado para atender a tudo isso. Tem que haver serviço de saúde, educação e saneamento básico disponíveis. Para o desenvolvimento é preciso haver o apoio econômico e os cursos profissionalizantes para o trabalhador, junto com a inovação e a tecnologia andando em conjunto. Se você tem uma certa dificuldade na questão da mão de obra, a tecnologia é importante que avance, porque facilita os processos também, para continuar ampliando a produção, diante desse cenário. É preciso aumentar a produção, muitas vezes com menos mão de obra. Então, é um desafio que precisa se ter a criatividade, para buscar alternativas e conseguir enfrentar esse momento.

Como melhorar a vida do produtor no interior e manter o jovem no campo?

Para o jovem permanecer no campo devemos levar para o interior os serviços que são disponibilizados na cidade, como eu já citei antes, na questão das EMEIs do interior. É fundamental termos internet também, abastecimento básico e melhorias na infraestrutura, com estradas melhores, para o escoamento da produção. O jovem precisa ser incentivado para continuar produzindo. Além disso, tem toda essa outra questão das intempéries climáticas. Nós tivemos por muitos anos consecutivos a estiagem, com várias perdas. Temos propriedades que estão há cinco anos consecutivos com acionamento de seguro por perdas agrícolas. É um grande problema sendo enfrentado, por isso, incentivamos a irrigação e a tecnologia, para amenizar. Ainda se soma, no ano passado, as perdas pelo excesso de chuva e pelas enchentes. Portanto, é necessário todo um trabalho de recuperação de solos, especificamente, na cultura do tabaco, que é a nossa região. Os produtores estão conseguindo manter uma boa média na sua produção, em relação à rentabilidade, mas existem diversos desafios. Então, é um cenário bem complexo, mas acima de tudo nós precisamos estar trabalhando junto ao Consórcio. Existem projetos que estão sendo desenvolvidos na questão do monitoramento, seja com estações meteorológicas, sensores de nível ou a estruturação das equipes de Defesa Civil e dos Bombeiros. Estamos desenvolvendo ações em áreas de riscos, com a recuperação de rios e córregos. Nós também precisamos recuperar os solos, que foram muito degradados com o excesso de chuva, e que necessitam de um suporte e um investimento especial, para retomar a sua condição de produtividade.

ICEBERG
FAMURS
É no município que tudo acontece.



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

JÚLIA URIAS

PERFIL EM EVIDÊNCIA

BETINA WORM

VICE-PREFEITA DE PORTO ALEGRE

Agente pública de perfil técnico e compromisso institucional

Lucio Vaz

Nascida em Porto Alegre, Betina formou-se em Medicina Veterinária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1989. Durante quase uma década, ela administrou uma clínica veterinária na cidade, demonstrando desde cedo espírito empreendedor e compromisso com o bem-estar animal. Em 2000, decidiu ampliar sua área de atuação e ingressou no Exército, inicialmente como tenente temporária, sendo designada para servir no Rio de Janeiro. Pouco depois, após aprovação em concurso para o quadro permanente, retornou ao Rio Grande do Sul para servir no 3º Batalhão de Suprimentos, em Nova Santa Rita, e subsequentemente passou a atuar na sede do Comando Militar do Sul, em Porto Alegre. Ali, galgou posições de liderança, acumulando experiência nas áreas de logística e administração militar, o que a levou eventualmente à patente de tenente-coronel.

Ao longo de sua carreira militar, Betina Worm desempenhou funções de comando e gestão que evidenciam sua capacidade técnica e firmeza profissional. Ela chegou a chefiar o setor de compras do Exército, responsabilidade que reforçou sua expertise em planejamento logístico e controle de recursos. Conhecida pelo rigor disciplinar e pela postura objetiva, Betina credita à formação castrense grande parte de seu método de trabalho: carrega os valores de hierarquia e disciplina aprendidos no Exército e aplica essa bagagem na vida pública. Em sua cerimônia de despedida do serviço ativo, em dezembro de 2024, destacou o orgulho de ter "arregaçado as mangas junto da tropa" nos serviços de campo, ressaltando que sob o uniforme camuflado todos são iguais e compartilhavam a mesma missão. Essa declaração sintetiza seu estilo de liderança participativo e comprometido e com foco no cumprimento do dever.

Ao longo de sua carreira militar, Betina Worm desempenhou funções de comando e gestão que evidenciam sua capacidade técnica e firmeza profissional. Ela chegou a chefiar o setor de compras do Exército, responsabilidade que reforçou sua expertise em planejamento logístico e controle de recursos

Prestes a completar 25 anos de serviço militar e buscando novos desafios, Betina foi surpreendida por um convite para ingressar na política municipal em 2024. A aproximação partiu da vereadora Comandante Nádia Gerhard (PL) – colega de farda e antiga conhecida – a qual procurou Betina em seu quartel para sondá-la sobre a possibilidade de compor a chapa de Sebastião Melo à reeleição. O nome de Betina contou imediatamente com o apoio do deputado federal Luciano Zucco, também oriundo do meio militar e então presidente municipal do Partido Liberal, tornando-se o padrinho político de sua indicação. Até então alheia à política partidária, Betina não possuía filiação – condição comum a militares da ativa – e só assinou ficha de filiação ao PL no momento da convenção que oficializou sua candidatura, conforme permitido pela legislação eleitoral vigente. Admiradora declarada do trabalho de Sebastião Melo na prefeitura, ela encarou a possibilidade de

ser vice-prefeita como uma extensão de seu senso de missão cívica e serviço público. Convencida do propósito, aceitou o desafio com respaldo da família e ingressou na campanha eleitoral, mesmo ciente de sua inexperiência política até então.

Durante a campanha de 2024, Betina Worm demonstrou rápida adaptação ao novo contexto. Mesmo estreante em disputas eleitorais, envolveu-se ativamente na agenda de compromissos, acompanhando o candidato a prefeito em praticamente todas as atividades de campanha e se familiarizando com o contato direto com a população. Ao longo do processo, aprimorou sua desenvoltura em público e reforçou a mensagem de gestão técnica e eficiente que a chapa propunha. Sua presença agregou credibilidade junto a setores conservadores e ligados à segurança, ao mesmo tempo em que sua formação em saúde animal atraiu a simpatia de segmentos comprometidos com a causa animal. A candidatura de Betina também teve um peso estratégico para a coligação: além de assegurar a participação do PL na aliança de governo, recebeu aval de lideranças nacionais. O ex-presidente Jair Bolsonaro prestigiou pessoalmente a convenção de julho de 2024 que oficializou Betina como vice na chapa, sinalizando apoio à sua indicação. No segundo turno, a presidente nacional do PL Mulher, Michelle Bolsonaro, desembarcou em Porto Alegre ao lado de outras figuras de destaque para pedir votos em favor de Sebastião Melo e Betina, reforçando o engajamento do partido na reta final da disputa municipal. Esse respaldo público evidenciou a confiança depositada em Betina por figuras de projeção nacional, sem que houvesse qualquer registro de polêmica em sua trajetória durante a campanha.



Com a vitória nas urnas e a posse em 1º de janeiro de 2025, Betina Worm assumiu o cargo de vice-prefeita de Porto Alegre disposta a atuar de forma proativa e presente na gestão. Ela própria afirmou que pretende ser “muito ativa” no cargo, ressaltando que, embora seja nova na política, traz longa experiência em gestão administrativa. Na prática, Betina optou por não ocupar formalmente nenhuma secretaria municipal, para poder transitar por todas as áreas do governo como articuladora e supervisora. Munida da experiência adquirida em décadas de serviço público federal, ela se propôs a funcionar como uma fiscal rigorosa do bom uso dos recursos públicos, servindo inclusive como “o olho do prefeito” em diferentes frentes da administração. As pautas prioritárias que Betina assumiu refletem sua formação e carreira: a vice-prefeita tem dedicado atenção especial à elaboração de políticas de bem-estar animal e à melhoria da segurança pública municipal, duas áreas nas quais detém conhecimento e que estiveram entre suas plataformas de campanha. Além disso, mostrou in-



FERNANDO ANTUNES

ATUANTE
Ao lado do prefeito Sebastião Melo, com quem foi eleita na chapa vitoriosa de 2024 por ampla maioria dos votos, ela traz para a gestão municipal um perfil técnico, disciplinado e orientado a resultados, evitando personalismos e focando no serviço institucional

teresse em contribuir para aprimorar a mobilidade urbana e a gestão financeira da Prefeitura, colaborando para que a máquina pública entregue resultados eficientes à população.

Betina Worm se destaca como uma gestora pública de perfil técnico, discreto e eficiente, cuja atuação é orientada por valores adquiridos ao longo de uma trajetória militar marcada por disciplina e senso de dever. Sua experiência no Exército se reflete na vida administrativa, onde conduz suas responsabilidades com rigor, foco e absoluto comprometimento com o interesse coletivo. Evita o protagonismo e concentra sua energia na obtenção de resultados concretos, sendo reconhecida por colegas e servidores pela seriedade com que trata cada demanda. Com histórico de integridade e postura institucional, Betina fortalece a confiança na administração municipal e consolida seu papel como peça-chave da atual gestão, aliando precisão operacional à dedicação ao serviço público. ■

FAMURS
É no município que tudo acontece.

TESTE SEU CORAÇÃO ANTES DE SAIR CORRENDO

ACERVO PESSOAL



MAURÍCIO BALK
Cardiologista, especialista em Ergometria e Cardiologia Esportiva

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

> “O ecocardiograma transtorácico permite uma avaliação detalhada da anatomia cardíaca e da função ventricular. Este exame é crucial para diagnosticar miocardiopatias e doenças valvares, fornecendo informações precisas sobre a estrutura cardíaca”

A prática regular de atividades físicas oferece inúmeros benefícios, mas também requer atenção à saúde cardíaca, especialmente ao iniciar ou intensificar exercícios. Uma revisão cardiológica minuciosa é crucial para identificar condições que possam causar complicações durante a atividade física.

Indivíduos de até 35 anos podem apresentar patologias como miocardiopatia hipertrófica, caracterizada pelo espessamento anormal do miocárdio, o que pode obstruir o fluxo de saída do ventrículo esquerdo e até provocar arritmias fatais. Além disso, existem anomalias congênitas das artérias coronárias, que alteram o fluxo sanguíneo; a síndrome de Wolff-Parkinson-White, que cria vias elétricas anômalas levando a taquicardias; e miocardites, geralmente de origem viral, que causam inflamação do músculo cardíaco e comprometem sua função.

Para aqueles acima de 35 anos, o risco de cardiopatia isquêmica se torna predominante, principalmente devido ao desenvolvimento de aterosclerose nas artérias coronárias. Este acúmulo de placas pode resultar em isquemia miocárdica e infarto do miocárdio em situações de esforço. Outros fatores incluem doenças valvares degenerativas, como a estenose aórtica, que pode aumentar a resistência ao fluxo sanguíneo, causando sobrecarga ao coração durante atividades físicas.

Se há histórico pessoal ou familiar dessas patologias, a necessidade de avaliação cardiológica se torna ainda mais crucial, uma vez que pode aumentar significativamente o risco de desenvolver condições similares. Além disso, qualquer sinal de sintomas cardiovasculares, como dor no peito, falta de ar, palpitações, episódios de tontura ou desmaios, deve ser levado a sério. Mesmo que esses sintomas não ocorram durante o exercício, eles podem indicar problemas que se agravam com o esforço físico.

Além da análise de sintomas e exame físico esta avaliação normalmente inclui diversos exames. O eletrocardiograma (ECG) é fundamental para identificar arritmias, bloqueios de condução e sinais de hipertrofia ventricular, oferecendo uma visão inicial do funcionamento elétrico do coração. O ecocardiograma transtorácico permite uma avaliação detalhada da anatomia cardíaca e da função ventricular. Este exame é crucial para diagnosticar miocardiopatias e doenças valvares, fornecendo informações precisas sobre a estrutura cardíaca.

O teste ergométrico, realizado através de esforço controlado em esteira ou bicicleta ergométrica, monitora as respostas do sistema cardiovascular durante o exercício. Esse teste é essencial para detectar alterações isquêmicas, avaliar a capacidade funcional e identificar arritmias induzidas pelo exercício. Ele simula o estresse cardiovascular físico, proporcionando uma análise detalhada da integridade do sistema circulatório sob esforço.

Realizar uma revisão cardiológica completa é um passo crítico na prevenção de eventos cardíacos adversos, garantindo que a prática de exercícios ocorra de forma segura e eficaz. Assim, consultas regulares e a realização desses exames são fundamentais para manter a saúde cardiovascular e o bem-estar geral de quem pratica atividade física, prevenindo complicações indesejadas.

Quem faz, está **Em Evidência.**
POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANUNCIE:
51 98444-4616
revistaemevidencia
revistaemevidencia
revistaemevidencia.com.br
Revista em evidência

SANEAMENTO COMO CAMINHO PARA A SAÚDE E DIGNIDADE NO RIO GRANDE DO SUL

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



FABIANO DALLAZEN
Diretor de Relações Institucionais da Aegea Saneamento e Participações S.A.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

O saneamento básico é um direito fundamental que impacta diretamente a saúde pública e a qualidade de vida da população. No Rio Grande do Sul, porém, grande parte das famílias ainda carece desse serviço essencial. Dados do Instituto Trata Brasil apontavam que apenas 35% das residências do Estado estavam conectadas à rede de esgoto, percentual bem abaixo da meta de 90% estabelecida pelo marco legal do saneamento para 2033. Essa deficiência se reflete em problemas de saúde evitáveis: como destaca relatório da Corsan, a expansão do saneamento "reduz doenças como diarreia, melhora a frequência escolar das crianças, diminui afastamentos no trabalho e valoriza os imóveis". Em outras palavras, investir em coleta e tratamento de esgoto significa reduzir epidemias de veiculação hídrica, elevar o desempenho escolar dos jovens e garantir mais dignidade às famílias gaúchas.

A Aegea Saneamento vem expandindo significativamente sua atuação no Rio Grande do Sul, inicialmente com a PPP da Corsan em 2020 para operar o esgoto em nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre e, mais recentemente, ao adquirir a Corsan por meio de um consórcio, passando a atender 317 cidades e mais da metade da população do Estado. Com previsão de investir R$ 15 bilhões até 2033, a prioridade é elevar a cobertura de esgoto de 20,1% para cerca de 90%, com ações já em curso, como as 356 entregas realizadas nos primeiros 100 dias, incluindo obras no Litoral Norte e início do tratamento de esgoto para 20 mil domicílios em Tramandaí.

Paralelamente, ampliamos significativamente a rede coletora. Até dezembro de 2024 já haviam sido construídos 278 quilômetros de novos coletores, com previsão de outros 700 quilômetros até o fim de 2025, beneficiando mais de 200 mil pessoas. Esses avanços resultam do robusto plano de investimentos anunciado pela Aegea desde 2023. Um exemplo local ilustra o impacto nas comunidades: em Cachoeirinha, a Ambiental Metrosul (concessionária do grupo Aegea) antecipou obras de 8,3 km de rede coletora e instalou cerca de 700 ramais, conectando aproximadamente 1,2 mil domicílios (≈ 3 mil moradores) ao sistema de esgoto. Essas famílias passaram a contar "com mais saúde e qualidade de vida" graças ao tratamento adequado do esgoto. Além das obras, também intensificamos campanhas de mobilização (como a "Te Liga, Meu Rio Grande"), para informar a população sobre a importância de conectar cada residência à rede de tratamento e mostrar todos os benefícios desse serviço.

Esse movimento se apoia no diálogo com os municípios e o governo do Estado. A Aegea antecipou o pagamento de R$ 4,1 bilhões pela aquisição da Corsan, prevê investimentos de cerca de R$ 1,7 bilhão por ano em obras de saneamento e já depositou R$ 618,3 milhões em outorgas diretamente às prefeituras atendidas. Realizamos a repactuação de 201 contratos de saneamento legados e assumimos passivos históricos de aproximadamente R$ 9 bilhões. Esses montantes – de outorgas a novos investimentos – traduzem nossa responsabilidade institucional em apoiar o desenvolvimento local, promovendo parcerias para que cada cidade possa executar suas ações de saneamento.

Além disso, a Aegea/Corsan mobiliza-se em situações de emergência. Nas enchentes recentes que atingiram o Vale do Taquari, por exemplo, levamos soluções imediatas: instalamos poços artesianos e abastecemos reservatórios com caminhões-pipa, isentamos 10 mil clientes afetados de tarifas de água, doamos cestas básicas e equipamentos de higiene e prestamos serviços de saneamento mesmo em municípios fora de nossa área de concessão. A rápida resposta nesses episódios reforça nosso compromisso social: o saneamento básico salva vidas em crise, garantindo água limpa e dignidade quando as comunidades mais precisam.

> "A Aegea Saneamento vem expandindo significativamente sua atuação no Rio Grande do Sul, inicialmente com a PPP da Corsan em 2020 para operar o esgoto em nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre e, mais recentemente, ao adquirir a Corsan por meio de um consórcio, passando a atender 317 cidades e mais da metade da população do Estado"

Em suma, os resultados comprovam a importância do esforço coletivo pelo saneamento no Rio Grande do Sul. A expansão da coleta e tratamento de esgoto promove melhoria real da saúde pública e amplia as oportunidades econômicas e educacionais dos gaúchos. A Aegea, atuando em sintonia com órgãos públicos e comunidades, reforça sua contribuição institucional nessa frente: "levar mais saúde, dignidade e qualidade de vida para a população local" é nosso propósito na universalização do saneamento. Essa é a motivação que nos guia: um Rio Grande do Sul onde cada habitante disponha de água potável e esgotamento tratado, garantindo um futuro mais saudável para as próximas gerações.


Rabusch
MODA FEMININA
HÁ 38 ANOS
UMA MARCA GAÚCHA
WWW.RABUSCH.COM.BR

No BRDE, sustentabilidade é uma meta que se supera a cada ano.



Uma marca histórica. Em 2024, 82% das operações do BRDE estiveram alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Mais que uma parceria pelo desenvolvimento da Região Sul, um compromisso permanente com um futuro mais verde e próspero para todos.

BRDE

CRÉDITO PARA INOVAR E DESENVOLVER.

ezeuzé



DATA	CURSO	CARGA HORÁRIA	MINISTRANTE(S)
3 e 4	Controle social no SUAS	14	Claudia Giongo e Marlene Fiorotti
3 e 4	Avaliação de imóveis urbanos (por inferência estatística)	14	Luiz Fernando Möller (Chulipa)
4 e 5	Processo administrativo de trânsito	14	Leandro Dorneles
5 e 6	Gestão pública da política da assistência social	14	Marília Menezes e Silvia Tejadas
9 e 10	Defesa civil – técnicas de utilização da plataforma S2ID	14	Claudio Rocha
10	Gestão democrática da escola pública: o que é e como implementar no âmbito municipal	7	Marcia Carvalho e Patricia Feijo
10	Municipalismo em rede – marketing digital para prefeituras	7	Camila Batista
10 e 11	Vigilância socioassistencial e o aprimoramento do SUAS no município	7	Claudia Giongo e Marlene Fiorotti
16 e 17	IPTU – questões práticas, como fazer a fiscalização e incrementar a arrecadação	14	Johnny Racic
17	Assistência farmacêutica, implantação e atualização da remuneração e CFT	7	Zelma Machado
17	Aplicação de procedimentos administrativos na inspeção e fiscalização de produtos de origem animal	7	Letícia Vieira e Suzane Bittencourt
24	Concessão de selos artesanais pelos municípios	7	Gustavo Erhard
24 e 25	Como elaborar editais	14	Anelize Carriconde
25 e 26	Estacionamento em vias públicas: critérios de implantação e regulamentação	14	Fagner Sutel e Marcos Feder
25 e 26	Rotulagem de alimentos	14	Ana Cittolin
25 e26	Rotinas de compras nos municípios	14	Silmo Streit
26 e 27	Desenvolvimento de roteiros: como o município deve atuar nos roteiros e produtos turísticos	14	Daniela Moraes

escola@famurs.com.br | 51 3230-3100 | 51 99330-8438

Conheça
nossos cursos.
famurs.com.br/capacitacoes

ESCOLA FAMURS
GESTÃO PÚBLICA